

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXIII

FLORIANÓPOLIS, 17 DE JULHO DE 2014

NÚMERO 6.716

MESA

Romildo Titon
PRESIDENTE

Joares Ponticelli
1º VICE-PRESIDENTE

Pe. Pedro Baldissera
2º VICE-PRESIDENTE

Kennedy Nunes
1º SECRETÁRIO

Nilson Gonçalves
2º SECRETÁRIO

Manoel Mota
3º SECRETÁRIO

4ª SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Aldo Schneider

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Valmir Comin

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Moacir Sopelsa

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Darci de Matos

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Neodi Saretta

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dóia Guglielmi

DEMOCRATAS
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: Angela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder:

**PARTIDO SOCIALISMO E
LIBERDADE**

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Marcos Vieira - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
Neodi Saretta
Ana Paula Lima
José Nei A. Ascarí
Narcizo Parisotto
Jean Kuhlmann
Aldo Schneider
Mauro de Nadal

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Carlos Chiodini - Presidente
Eni Voltolini
Volnei Morastoni
Daniel Tozzo
Paulo França
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Dirceu Dresch - Presidente
Dóia Guglielmi - Vice-Presidente
Maurício Eskudlark
Edison Andrino
Moacir Sopelsa
Eni Voltolini
Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Mauro de Nadal - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
Serafim Venzon
Ciro Roza
Dirceu Dresch
Renato Hinnig
Angela Albino

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei A. Ascarí - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Taxista Voltolini
Luciane Carminatti
Dirce Heiderscheidt
Ada Faraco De Luca
Serafim Venzon

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Dado Cherem - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Aldo Schneider
Edison Andrino
Maurício Eskudlark
Angela Albino

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel - Presidente
Ciro Roza
Marcos Vieira
Angela Albino
Dirceu Dresch
Luciane Carminatti
Valmir Comin
Renato Hinnig
Antonio Aguiar

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Carlos Chiodini - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Dóia Guglielmi
Narcizo Parisotto
Dirceu Dresch
José Nei A. Ascarí
Moacir Sopelsa

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente
Dirceu Dresch - Vice-Presidente
Angela Albino
Daniel Tozzo
Carlos Chiodini
Moacir Sopelsa
Dado Cherem

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Ana Paula Lima - Presidente
Taxista Voltolini
Ciro Roza
Ada Faraco De Luca
Edison Andrino
Gilmar Knaesel
Valmir Comin

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Dóia Guglielmi - Presidente
Moacir Sopelsa - Vice-Presidente
Ciro Roza
Daniel Tozzo
Valmir Comin
Luciane Carminatti
Volnei Morastoni
Antonio Aguiar
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Luciane Carminatti - Presidente
Angela Albino - Vice-Presidente
Ciro Roza
Dirce Heiderscheidt
Antonio Aguiar
Gilmar Knaesel
José Milton Scheffer

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Maurício Eskudlark - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares
Ana Paula Lima
Eni Voltolini
Renato Hinnig

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Antonio Aguiar - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Ismael dos Santos
Sargento Amauri Soares
Carlos Chiodini
Dado Cherem

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Angela Albino - Presidente
Ciro Roza
Eni Voltolini
Volnei Morastoni
Edison Andrino
Paulo França
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni - Presidente
Antonio Aguiar - Vice-Presidente
José Milton Scheffer
Sargento Amauri Soares
Ciro Roza
Mauro de Nadal
Serafim Venzon

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Jean Kuhlmann - Presidente
Aldo Schneider - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Taxista Voltolini
Mauro de Nadal
Gilmar Knaesel
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Serafim Venzon - Presidente
Ismael dos Santos - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Dirce Heiderscheidt
Paulo França
Taxista Voltolini
Valmir Comin

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Dirce Heiderscheidt - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
Ada Faraco De Luca
Dado Cherem
Eni Voltolini
Ana Paula Lima

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela revisão dos documentos digitados, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Carlos Augusto de Carvalho Bezerra</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Rita de Cassia Costa</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Francisco Carlos Fernandes Pacheco</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXIII NESTA EDIÇÃO: 20 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 047ª Sessão Ordinária realizada em 13/05/2014.....2</p> <p>Atos da Mesa Ato da Presidência..... 12 Atos da Mesa..... 12</p> <p>Publicações Diversas Ata de Comissão Permanente..... 15 15 Mensagens Governamentais..... 15 15 Ofícios 16 Portarias..... 20</p>
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

P L E N Á R I O

ATA DA 047ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 13 DE MAIO DE 2014

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Eni Voltolini - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Taxista Voltolini - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à Assessoria que distribua o expediente.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra a deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, sr. presidente, muito boa-tarde, srs. deputados, sras. deputadas, quem nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital.

Quero relatar um evento que tivemos na cidade de Blumenau, deputado Taxista Voltolini, o senhor já justificou sua ausência, da entrega dos caminhões-caçamba de um projeto da nossa presidente Dilma Rousseff, para vários municípios do estado de Santa Catarina, que ainda não estavam contemplados.

Foi um belíssimo evento, com as presenças da ministra Ideli Salvatti, do deputado federal Décio Lima, da deputada Luci Choinacki, do deputado Dirceu Dresch, do deputado Pedro Uczi, também juntamente presentes os prefeitos desses 69 municípios e secretários. Enfim, foi um belo evento.

Mais belo evento foi o que aconteceu depois com a saída desses caminhões pela minha cidade, Blumenau, e vou ler uma frase citada pelo deputado Taxista Voltolini: quem não queria ver foi obrigado a ver o belíssimo caminhão desfilando pelas ruas de Blumenau,

em direção a vários municípios do nosso estado, um belo e majestoso caminhão que certamente vai ser muito útil em vários municípios, principalmente naqueles com menos de 50 mil habitantes, que têm muito trabalho ainda na área rural, nas estradas rurais, nas estradas dos bairros, para beneficiar o trabalho dos nossos agricultores familiares que transitam pelas ruas, sendo que os municípios pequenos não tinham condições financeiras para arcar com os custos. Foi um significativo evento.

Também ocorreu a assinatura de vários projetos, por exemplo, o Projeto do Cão Guia, em Balneário Camboriú, e também de recursos destinados para a cidade de Blumenau, na ordem de R\$ 65 milhões, para a mobilidade urbana, que vai num bairro de nossa cidade proporcionar a transformação para o transporte coletivo.

Foi muito significativo esse evento na nossa cidade, na última sexta-feira, com a presença também de vários e importantes atores, para divulgar o belo trabalho da nossa presidente Dilma Rousseff.

(Passa a ler.)

“Mas o que me traz à tribuna no dia de hoje também é divulgar que no período de

12 a 20 de maio enfermeiros, enfermeiras, técnicos e técnicas de enfermagem, auxiliares e estudantes da área da enfermagem celebram a 75ª Semana Brasileira de Enfermagem”.

Esta semana de 12 a 20 de maio, em todo o Brasil, é comemorado o Dia da Enfermagem, a Semana da Enfermagem, essa profissão tão significativa, profissão de gente cuidando de gente, através de suas mãos, de seu carinho e da sua atenção.

(Continua lendo.)

“E o tema escolhido pela Associação Brasileira de Enfermagem e demais organizações representativas da nossa categoria é o seguinte: Protagonismo da Enfermagem no Processo de Cuidar.”

Não tem nenhuma outra profissão no mundo que destaca tamanha importância no ato de cuidar das pessoas, de cuidar do ser humano.

Deputada Angela Albino, que também passou por essa profissão, nós nos perguntamos: por que a escolha da enfermagem? Não é por causa do salário e não é por uma carga horária pequena que trabalhamos. O ato de pessoas cuidando de pessoas é uma coisa mágica dentro da gente.

Falo isto porque escolhi essa profissão há muitos anos, o que muito me orgulha, e porque é uma profissão que precisa também ser reconhecida pelas pessoas, e o é, mas, principalmente, pelas pessoas que contratam esses profissionais para atender os seres humanos.

(Continua lendo.)

“Este ano a temática estabelecida pela Associação Brasileira de Enfermagem e as demais organizações representativas da enfermagem é o ‘protagonismo da enfermagem no processo de cuidar’. Esta temática concentra o conhecimento, a prática, a ética e o profissionalismo da enfermagem em torno do cuidado. É a única profissão, e relato isso aqui, em que o cuidado é exclusivo dos profissionais de enfermagem.

A enfermagem, sendo uma profissão na área da saúde, é protagonista do cuidado por meio do profissionalismo na assistência, na gestão e também na educação. Isso diz respeito, senhoras e senhores, à atividade da promoção, prevenção, recuperação e manutenção da saúde.

Nós, enfermeiros, enfermeiras, técnicas, técnicos e auxiliares de enfermagem, somos protagonistas em todas as atividades que exercemos, somos o destaque na ação de cuidar, pois permanecemos 24 horas por dia assistindo aos pacientes.”

Imaginem, na área hospitalar, não haver o profissional de enfermagem! É 24 horas de atendimento às pessoas!

(Continua lendo.)

“Somos os principais atores em todo o território nacional na atenção à saúde em espaços públicos e privados, mas, principalmente, fazendo emergir o Sistema Único de Saúde, o SUS, em sua integralidade, equidade e intersetorialidade.” É a enfermagem que faz esses elos.

“A enfermagem, hoje, corresponde a 60% da força de trabalho na saúde no Brasil e isto evidencia o nosso valor.”

Então, 60% dos profissionais da saúde são enfermeiros, enfermeiras, técnicos e auxiliares de enfermagem.

(Continua lendo.)

“Daí a importância, srs. deputados, sras. deputadas e público catarinense, estratégica das lutas da enfermagem por melhores condições de trabalho, por melhores salários e por jornadas de trabalho adequadas às funções que realizamos com muita competência.” Porque a nossa é a profissão de pessoas que cuidam de pessoas, é gente cuidando de gente.

(Continua lendo.)

“Assim, lutar por mais dignidade e reconhecimento para a enfermagem significa estar na luta por melhores condições do acesso à saúde da população.”

O exemplo mais significativo desse processo é o que está acontecendo, hoje, em Brasília. E vou fazer parte também daqui a pouco da luta para aprovarmos na Câmara dos Deputados o Projeto n. 22/95, que visa à diminuição da carga horária. Estamos mobilizados pelas 30 horas de jornada semanal da enfermagem brasileira. E hoje, lá naquele espaço, milhares de profissionais da área da enfermagem estão reivindicando isso. Esse é um projeto prioritário que está na pauta da Câmara, e estamos lutando para que seja votado nesta semana ainda, porque nesta semana, de 12 a 20, estamos comemorando em todo nosso país a Semana da Enfermagem Brasileira.

A luta é coletiva para a melhoria de qualidade de vida e de trabalho também desses profissionais que fazem um trabalho essencial para a nossa gente.

(Continua lendo.)

“A enfermagem precisa superar a sobrecarga da dupla ou tripla jornada de trabalho, e para isso os nossos salários precisam ser dignos e suficientes para uma vida de qualidade.

Defendemos a jornada de 30 horas semanais por entendermos que é preciso estar bem para atender com dedicação a todos e a todas que nos procuram.

Estas questões são fundamentais para a enfermagem brasileira, são questões que perpassam a humanização, a educação e a cidadania.

Por meio da ação política, srs. deputados e sras. deputadas, o Parlamento e também a União, com as entidades profissionais, faço aqui referência a Aben Nacional, ao Cofen, ao Coren, nós temos efetivado as lutas da enfermagem, as lutas coletivas desses profissionais, de todos os trabalhadores de enfermagem do nosso país.

Quem é da enfermagem cuida, pela técnica, pelo conhecimento, pela tecnologia, pela habilidade, pela sensibilidade, pelo compromisso e pelo amor. É através desta coletividade que nós somos protagonistas no ato de cuidar, também, através da sensibilidade, do amor, somos protagonistas para a construção de uma realidade na saúde brasileira.

Foi através da enfermagem que, inclusive, na época, fizemos a defesa do Sistema Único de Saúde. Então, srs. deputados

e srs. deputadas, de 12 a 20 de maio, esta semana, em todo o país, nós estaremos debatendo em todos os cantinhos do nosso país as reflexões sobre a nossa profissão, e sempre não deixando de lutar por aquilo que é mais caro. Para termos um atendimento melhor à saúde, esses profissionais também precisam ser reconhecidos pelo trabalho.

Trinta horas para a enfermagem já, e o melhor piso salarial para a nossa categoria.”

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quem mais nos acompanha aqui nesta sessão de terça-feira, aqui ou pela TVAL e Rádio Assembleia.

Eu quero tratar de um assunto hoje, que é uma das questões da pauta que o nosso mandato tem trabalhado aqui na Assembleia Legislativa, mais como um instrumento dessa consciência social que tem crescido, cada vez mais, felizmente. A consciência de preservação ambiental e da importância de nós passarmos, a sociedade, a valorizar mais o meio ambiente e colocá-lo, deixá-lo, a serviço de estudos, a serviço da sociedade, a serviço do futuro, a serviço das futuras gerações. Em relação aos empreendimentos imobiliários de todos os valores, mas especialmente as áreas mais valorizadas ou mais interessantes do ponto de vista ambiental, são também as mais cobiçadas do ponto de vista da especulação imobiliária.

Nós temos dois projetos aqui na Assembleia, um que já vem do mandato anterior, e um do atual mandato, reeditado, evidente, do mandato anterior para este mandato, que é a transformação da Praia de Taquarinhas, em Balneário Camboriú, em parque estadual. E, agora, desde mandato, a criação do monumento natural na Praia Grossa, na cidade de Itapema.

Aliás, na mesma região, duas praias agrestes, ainda não degradadas e que têm, todas as duas, interesses da especulação imobiliária bastante fortes, bastante desenhados, bastante construídos.

Nós tivemos a oportunidade de visitar estas duas praias, ou de revisitar a 15 dias passados, inclusive com a equipe da TVAL da Assembleia Legislativa que pode nos acompanhar, e trouxemos imagens e falas também de lideranças comunitárias, populares, ambientais, ativistas, e autoridades da região acerca desse assunto.

Peço à assessoria que, por gentileza, exibam esse vídeo e essa matéria feita pela TV da Assembleia Legislativa, TVAL.

(Procede-se à apresentação do vídeo.)

Quereria agradecer a assessoria, também agradecer e parabenizar a TVAL pela matéria que foi feita com muita profundidade, ouvindo as lideranças comunitárias.

Realizamos uma audiência pública na cidade de Itapema, da comissão de Turismo e

Meio Ambiente da Assembleia, presidida e coordenada pela deputada Ana Paula Lima. Também, há duas semanas, onde foi possível perceber essas pessoas que falaram e diversas outras lideranças comunitárias, ambientalistas, sociais na defesa da preservação do meio ambiente, considerando justamente aquela região, deputado Eni Voltolini, que possui os prédios mais altos do país, a cidade mais vertical do Brasil, Balneário Camboriú.

E, caminhando para isso, a cidade de Itapema onde há duas praias, deputado Eni Voltolini, intocadas. Isso é de um valor ambiental, social, cultural e econômico imensurável. Inclusive, do ponto de vista econômico, preservar aquelas praias é muito importante para aquela região, é muito importante para a atração turística e para todo o litoral catarinense.

O nosso mandato se alegra de poder estar sendo instrumento desta defesa, deste debate que felizmente, deputado Padre Pedro Baldissera, esta consciência cresce na sociedade catarinense e na sociedade brasileira.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, a próxima oradora inscrita, deputada Angela Albino, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, srs. deputados, primeiramente gostaria de comunicar que na data de hoje fizemos a nossa reunião na comissão Parlamentar de Inquérito, chamada CPI das Águas, que vai tratar exatamente sobre a discussão das águas aqui Palhoça, cujo processo de municipalização teve o veto do Tribunal de Contas do estado de Santa Catarina.

Cerca de nove anos atrás o contrato com a Casan foi reincluído de forma unilateral e nessa rescisão contratual se contratou sem licitação uma empresa para fazer o serviço de saneamento daquele município, a Águas de Palhoça. E a partir daí foram feitas renovações sem licitação daquele processo, que culminou com o momento que tivemos no ano passado, que foi o objeto da nossa CPI, dando conta de agentes públicos e de empresários que foram presos numa operação da Gaeco, que pretendeu desvendar o que aconteceu de fato naquela Águas de Palhoça.

Nós temos duas dimensões nesse problema. Sobre um deles vamos tratar já aqui. Hoje requisitamos documentos da Gaeco, aliás, vamos requisitar também a presença do sr. Alexandre Graziotin, promotor que tratou do caso, também vamos requerer a presença de técnicos do Tribunal de Contas de Santa Catarina, pois na verdade já atestaram que em outros lugares do estado acontece o mesmo procedimento que foi feito em Palhoça, uma ruptura unilateral com o contrato com a Casan, ou seja, o município assume a responsabilidade, aliás, é sua a titularidade desse serviço, e na sequência se contrata sem licitação, em 22 municípios de Santa Catarina diferentes. Aliás, sempre a mesma empresa acaba executando direta ou de forma terceirizada esse serviço.

Temos acumulado um longo debate, inclusive com o ex-presidente da Casan, ex-deputado Walmor de Luca, que conhece muito sobre o tema e nos auxiliou naquele momento, no final do ano passado, para entender o que estava acontecendo. E temos recolhido informações do estado inteiro, espontâneas inclusive, de pessoas que nos procuram para debater sobre o tema de água e saneamento. Não é por acaso que em Palhoça e em Capivari de Baixo temos a situação da empresa que capta o recurso a título de água e saneamento. Esse recurso vai para o caixa geral do município, e subsidia inclusive folha de pagamento. Certamente é um desvirtuar dessa arrecadação de tal monta, que esses municípios obviamente jamais farão saneamento, porque usam esse dinheiro para subsidiar a folha de pagamento, uma vez que vai para o caixa geral.

Mas outros municípios, os com menos de 50 mil habitantes, têm agora a possibilidade de apresentar projetos na área de saneamento. Através de uma nova medida, o governo federal está liberando uma verba substancial para bons projetos na área de saneamento. Assim os municípios com menos de 50 habitantes podem progredir desse estado de coisa vergonhosa, que é sermos o segundo estado no país com o menor índice de saneamento básico. Ganhamos nesse quesito do Piauí.

Portanto, há a necessidade de debruçarmo-nos sobre esse tema e espero que a CPI possa contribuir ao final, inclusive elaborando projetos de lei que contribuam mais para evitar que a forma como se tem dado o saneamento em Santa Catarina seja contrária ao interesse popular.

Já há séculos a humanidade sabe do valor crucial do saneamento, tanto que a Organização Mundial de Saúde já identificou que para cada dólar investido em saneamento economizamos quatro dólares em saúde. Observado isso, fica claro que água e saneamento, pelo valor estratégico, não pode ser submetida à lógica do lucro.

É isso que temos defendido. Inclusive experiências no Brasil agora e também fora do Brasil dão conta de que, onde houve as privatizações, elas acabaram não atendendo ao interesse popular. Por exemplo, nos lugares mais longínquos, empobrecidos, onde apenas a tarifa social poderia alcançar, precisamos conceber água e saneamento pelo valor estratégico. E nisso também a CPI vem se debruçar.

Obviamente a CPI vai tratar apenas de Palhoça, mas a partir daí pretende discutir concepção mesmo de saneamento. Fico feliz que a CPI tenha caminhado hoje. Espero que possamos já na próxima terça-feira, às 14 horas, na sala da imprensa, fazer uma nova reunião já com a disponibilização de uma minuta do cronograma dos nossos trabalhos.

Por fim gostaria de fazer alusão a duas datas importantes. Primeiramente a cerca do Dia da Enfermagem. Sou bacharel em Direito, mas fiz o curso de Técnica em Enfermagem, e comecei minha carreira na Justiça do Trabalho, onde sou servidora efetiva desde 1988, como técnica em enfermagem. Através das redes sociais temos encontrado

algumas pessoas daquele tempo, e foi um período curto, mas que deixou no espírito a marca da importância que tem a enfermagem.

Eu vejo meu filho Leonardo fazendo Medicina, deputada Ana Paula Lima, e tento dizer para ele que não tenha o cacete que alguns médicos têm, de achar que são mais relevantes para a saúde do que os outros profissionais desse segmento.

Espero que tenha a concepção de que é a união de todos, desses profissionais que conseguem dar uma assistência de qualidade, uma assistência de saúde às pessoas. E fico muito feliz de ver que a enfermagem, no Brasil, tem ganhado um destaque em especial e tem tido mais reconhecimento, tanto que chega a um momento bastante definitivo essa luta pelas 30 horas, mas que ainda encontra resistência em alguns setores. Mas que quem convive com a enfermagem e que sabe o que é o cotidiano da enfermagem sabe o quanto esse projeto é importante também para a qualidade do serviço.

Nós precisamos remunerar mais e melhor esses profissionais, mas também adequar a sua jornada de trabalho de forma que eles efetivamente possam desempenhar bem a sua profissão.

Então, o meu abraço fraterno a todas as pessoas que abraçaram a enfermagem como profissão, incluindo os técnicos, os auxiliares de enfermagem que no meu tempo ainda tinha, portanto, a todas as pessoas que dão essa assistência finalística e que precisam acessar ao sistema de saúde no nosso país.

Eu não poderia deixar de falar, por fim, da data importante que é hoje, como o símbolo de abolição de escravatura, 13 de maio, embora todos tenhamos a clara concepção de que nós ainda não abolimos a escravatura, como ainda não abolimos o sistema patriarcal, como não abolimos a homofobia, no Brasil.

Nós queremos uma pátria livre, em que sejamos todos livres e iguais, e para isso precisamos também de políticas públicas para promover a igualdade entre pessoas que estão, hoje, fora da linha do poder. As pessoas não brancas, as pessoas não hetero, as pessoas que, enfim, hoje, ainda ficam fora do poder político. Prova disso é esta Assembleia Legislativa que tem pouca participação feminina, mais notadamente da população negra.

A única vez que nós elegemos para titularidade do cargo foi Antonieta de Barros, na década de 30. Hoje, convive conosco eventualmente o deputado Sandro Silva, mas que é suplente. Não conseguimos, desde a década de 30, eleger uma única pessoa negra para estar nestas cadeiras. O que mostra para nós que temos ainda muito a construir, muito ainda a superar, embora muito já tenhamos evoluído tanto no campo do combate à homofobia, quanto ao combate ao machismo, mas também quanto ao combate ao racismo.

Hoje, à noite, ainda participo na Estácio de Sá do lançamento de um programa chamado SOS-Racismo que também pretende dar respostas à sociedade.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Obrigada, deputada.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Eu acabo de receber e quero deixar aqui não somente para os deputados, mas também para quem nos acompanha, a comunicação da deputada Perpétua Almeida, ela é deputada pelo Acre. Nós recebemos, agora, a confirmação que nos dias dois e três de junho a comissão de Relações Exteriores, capitaneada por ela, entre outros deputados e senadores, irá para La Paz e depois para Santa Cruz de La Sierra, a nosso convite, para tratar sobre questões dos alunos que estudam lá, na Bolívia. Estamos evoluindo no reconhecimento das faculdades lá, naquele país.

Somente para deixar registrado, até para dar o retorno e convidar os deputados que quiserem fazer parte dessa visita a La Paz e também a Santa Cruz de La Sierra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Obrigada, deputado.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, o que me faz usar a tribuna no dia de hoje é para falar sobre o projeto de lei que há nesta Casa, para banir o amianto, deputada Ada De Luca.

Sabemos que na região de Criciúma, região em que nasci, existe uma fábrica. E estamos pela terceira vez debatendo essa questão aqui. E o primeiro projeto de banimento que surgiu, nesta Casa, foi o do deputado Peninha. E no mandato passado fizemos aqui uma grande audiência pública, um grande debate, quando aqui foi aventada a hipótese de inconstitucionalidade do projeto para banir o amianto do território catarinense.

No entanto, é importante ressaltar que a Europa inteira já banuiu o amianto, que há estados brasileiros, a exemplo de São Paulo e Minas Gerais, que baniram o amianto.

O amianto é uma fibra mineral que causa naquele trabalhador que atua especificamente na produção de insumos, como principalmente telhas. Ele pode adquirir uma doença profissional chamada asbestose. E podem adquirir uma série de patologias malignas, por exemplo: câncer de pulmão, laringe, aparelho digestivo, mesotelioma de pleura e de peritônio, que é um tumor agressivo de tórax e abdômen.

Então esse cidadão que se encontra aqui (mostra foto) morreu de mesotelioma. Antes de morrer ele autorizou que fosse fotografado, filmado e sua entrevista usada como depoimento para utilizar em uma campanha. Esse cidadão chamado Aldo Vicentin, morreu vítima do amianto, câncer de mesotelioma. E era simplesmente um advogado de uma empresa e ia até lá de vez em quando.

É importante ressaltar que esse tipo de tumor não está relacionado ao volume ou quantidade ou intensidade de contato com o produto, está relacionado especificamente com

a aspiração de um pequeno fragmento de fibra de amianto que tem o formato de pequenos fragmentos tipo cristais. Cada paciente no SUS, com uma patologia dessa, custa em torno de R\$ 137 mil, sem considerar o sofrimento familiar e todas as características.

No mandato passado, aqui fizemos um grande debate sobre isso, e agora está sendo feito novamente, juntamente com o Ministério Público do Trabalho, que está visitando os deputados, deputada Ada Faraco De Luca, que mora na região sul.

Se nós temos uma série de alternativas tecnológicas de baixo custo que não proliferam a doença e que salvam pessoas e que não gera grande quantidade de empregos, qual é o problema discutimos uma solução para isso, no estado catarinense, já que não gera grandes empregos?

Esse debate sobre o amianto, deputada Ana Paula Lima que também é uma profissional, que discute a saúde. Inclusive, agora, foi pedido vista pelo seu gabinete, por v.exa., para relatar.

O deputado José Nei Ascari, que é da região sul, assim como eu, deu um parecer novamente pela inconstitucionalidade, e sabemos que não é, pois já tem jurisprudência sobre isso.

Agora, é importante dizer que, nos últimos anos, os quase 100 casos de mesotelioma no estado de Santa Catarina eram de marceneiros que cortavam telhas de basalto. Há um caso de um engenheiro que ganhou uma ação de R\$ 1 milhão, depois de morrer. Ele trabalhava em uma fábrica, não era uma figura que estava operacionalizando equipamento e material no seu dia a dia, e adquiriu um câncer de mesotelioma.

Eu vou trazer um punhado de pó de amianto para dentro da Assembleia para jogar aqui no plenário em uma hora que estiver bem cheio. E quero fazer um desafio para ver quantos vão ficar sentados, porque nós achamos que isso é só com eles. Mas aqui está um exemplo de um advogado que ia uma vez por semana na empresa. E esse tipo de doença é característica, específica, tem consistência epidemiológica para a justificativa, deputado Padre Pedro Baldissera.

Deputado, alguém fica fazendo, cá entre nós, um debate, que é um debate de fundo de quintal, de um pequeno grupo de empresas que por serem do sul e ter deputado do sul se amedrontam em fazer um debate claro, clássico e principalmente do que isso representa.

Por isso quero parabenizar toda a ação do Ministério Público do Trabalho que faz isso, porque uma coisa é relevante.

Na medida em que se foi eliminando isso nos países europeus, isso foi se avolumando. Então, eles foram desenvolver nos estados onde não há legislação específica que acompanhe de forma mais contundente, do ponto de vista punitivo, de medidas preventivas sobre isso.

Quero parabenizar a deputada Ana Paula Lima que está neste debate e que vai apresentar um novo parecer sobre a jurisprudência à comissão de Justiça, porque temos que garantir, deputada Ana Paula Lima,

que se traga esse debate para o plenário, porque o voto é aberto. E aquelas famílias que têm os seus parentes morrendo dessa insanidade, se não fosse prejudicial, não tinham por que proibir no país caixas d'água feitas de amianto. Até oito anos, dez anos atrás podia ter caixa d'água feita de amianto, mas hoje é proibido, deputado Eni Voltolini.

Quero desafiar deputados que votam nessa insanidade a botar caixas d'água de amianto na sua casa, para a sua família tomar água. Aí dizem que não faz mal. Então, se não faz mal, coloquem de amianto, porque é mais barato, porém surgiram alternativas tecnológicas.

Então, quero cumprimentar a deputada Ana Paula Lima que tem feito esse debate de forma muito mais contundente do que eu e que na comissão de Justiça tem sido uma deputada muito combativa.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Quero registrar, sr. presidente, duas visitas a esta Casa, primeiro, da superintendência da Caixa Econômica Federal, o sr. Jacemar Bittencourt de Souza, que está acompanhando a nossa sessão ordinária, e também de um grande colega da minha cidade, o professor Nelcio Lindner, que foi um estudioso da área ambiental e está expondo através da prefeitura e de outras organizações. Ele é o presidente do Centro de Memórias do município de Dona Emma e está fazendo uma belíssima exposição no hall da entrada da Assembleia Legislativa, também passando a história do município de Dona Emma que fará aniversário na próxima terça-feira, dia 17 de maio. Nesse dia tem festejos naquele município do alto vale do Itajaí, o que muito nos orgulha.

Então, estou fazendo referência e dando as boas-vindas ao professor Nelcio Lindner e também ao nosso querido amigo Jacemar Bittencourt de Souza, superintendente da Caixa Econômica Federal.

O Sr. Deputado Taxista Voltolini - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Taxista Voltolini.

O SR. DEPUTADO TAXISTA VOLTOLINI - Obrigada, sr. presidente. Quero anunciar a presença nesta Casa do sr. Arcílio Alves, do sr. João Maria do Nascimento e do Valdir Ângelo Tagliari, vereadores de Curitiba. Sejam bem-vindos a esta Casa.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, quero registrar a presença nesta Casa do prefeito de Penha, Evandro Eredes dos Navegantes, acompanhado dos vereadores Isac Hamilton da Costa, Claudinei Ruduitte Pressi, Adriano de Souza. Sejam bem-vindos.

Nós tivemos audiência, no Tribunal de Justiça, sobre o pleito daquele município para a elevação à categoria de comarca. E pela boa recepção do nosso presidente do Tribunal de Justiça e encaminhamentos que deu, temos a boa perspectiva de implantação dessa comarca. Por isso, estamos fazendo esse registro e, depois no horário dos Partidos Políticos, vou tratar desse assunto, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feito os registros, sejam bem-vindos.

Srs. deputados e sras. deputadas, está sobre a mesa, em entendimento entre o proponente deputado Dirceu Dresch e o presidente desta Casa, deputado Joares Ponticelli, pedindo a suspensão da sessão, para o pronunciamento do nosso sempre ministro José Graziano, hoje diretor-geral da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. E nós gostaríamos de abrir um precedente, para que ele possa fazer uso da palavra neste momento, porque tem compromissos em Brasília.

Então, estamos suspendendo a sessão por até dez minutos, para que o diretor-geral da FAO, sr. José Graziano, possa fazer uso da palavra.

Está suspensa a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Está reaberta a sessão.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao Partido Progressista.

Com a palavra o deputado Eni Voltolini, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, em nome da bancada do Partido Progressista faço, hoje, um relato sobre o acontecido nessa última sexta-feira, na sede da Fiesc, quando a Adjori e a Fiesc promoveram, mais uma vez, um debate sobre o pacto federativo.

Essa expressão não é nova. Ela, já de algum tempo, vem sendo repetida, deputada Angela Albino, para que possamos compreender a extensão dela, e sempre há alguma remissão ao passado, porque há um marco cronológico que é a Constituição de 1988, que tenta recuperar a tripartição que era à época também concentrada na União, estabelecendo uma nova proposta. Remete para a União 50% de todos os tributos, 25% aos municípios e 25% aos estados.

À época isso foi considerado adequado, mas desde lá nós temos um problema que não foi detectado. O problema é que à época, embora na Constituição de 1988, a partir do seu art. 21 até o art. 32, que definia então as responsabilidades e as competências atribuídas à União, estados e municípios, este processo degenerou.

Algumas atitudes tomadas até em nível de Congresso Nacional, com a responsabilização crescente aos municípios de tarefas antes não acometidas a eles, e outras questões supervenientes, causaram a desestruturação desse pretensão equilíbrio fiscal. A tal ponto que mesmo hoje as pessoas, os próprios economistas, não concordam

exatamente com os números. Mas se nós arredondássemos e pegássemos a média geral, deputado Padre Pedro Baldissera, hoje se fala que para a União ainda está remetida parcela de 60%, para os estados em torno de 24%, e 16% aos municípios.

Eu diria que pela grande quantidade de manifestações diferentes disso, se nós disséssemos que hoje são 15% ao estado, 15% ao município e 70% à federação também não estaria errado.

Na verdade, o que queremos é não discutir o número friamente, embora esta competência não caiba à Assembleia Legislativa de nenhum estado alterar a distribuição dos tributos em nível federal, mas os ambientes estaduais não podem continuar assim. Cabe-nos, sim, a responsabilidade de interpretar o que está acontecendo, deputado Ciro Roza, no nosso país, v.exa. que já foi prefeito de uma cidade, talvez tenha feito parte de romarias em direção a Brasília.

Essas romarias não são para poder conhecer um ministro ou tirar fotografia com o presidente ou com a presidente. Essas romarias se devem à necessidade absoluta e extrema de trazer para o município um recurso que ele não tem. Um recurso insuficiente para prover as demandas de educação, de saúde e as demandas indiretamente colocadas relativas à segurança pública estão cada vez mais crescentes. Este caminhar, este chapéu na mão só tem um jeito de poder se alterar: enfrentar de fato a discussão de pacto federativo não com filosofias apenas, não com preceitos antigos e nem apenas discutindo o percentual.

É um equívoco imaginarmos que se acrescentar um, dois, três ou cinco por cento na parte que couber ao município se resolva isso, deputado Taxista Voltolini. Precisamos, sim, primeiro, interromper a sequência de responsabilizações que estão sendo direcionadas quase todas as semanas para os municípios, e elas são feitas por atos da Presidência, por atos do Congresso Nacional e, cada vez mais, o município é responsabilizado, muitas vezes, até por pequenos acenos, com estruturas físicas que são ofertadas, mas o processo seguinte do aparelhamento, da colocação de mão de obra, da manutenção de mão de obra não é dado recursos para isso.

Esse choro que tem tudo de verdade por parte dos prefeitos tem que ser equacionado, para que os municípios, onde todos sempre dizem que é onde moramos, que é onde acontecem as coisas, possam ter os recursos suficientes para prover as suas necessidades.

Repetimos, precisamos fazer com que a vida lá em 88, onde a Constituição dita cidadã, trouxe mais direito às pessoas, sem discutir como prover esses direitos, sem fazer com que a equação fiscal estivesse atrelada a esse conjunto de direitos remetidos ao cidadão e atribuídos ao município.

Sabemos que um grande problema nunca se resolve com uma única solução, mas não dá mais para continuar a assistir um prefeito municipal, para resolver as demandas da sua população, fazer visitas regulares a Brasília ou à sede da administração estadual.

Isso é um desrespeito às pessoas que foram eleitas como prefeitos municipais para cuidar dos seus municípios. Acho que está na hora de os prefeitos municipais não apenas irem a Brasília ou virem a Florianópolis, ou a qualquer sede de capital para pedir verbas. Isso me leva a voltar à tribuna para discutir não só a submissão dos prefeitos ao poder central, mas para discutir a submissão a que nós legisladores estamos sendo remetidos, por conta do poder que detêm os Executivos, mas que não fazem nada bem.

Precisamos fazer com que o Fórum Parlamentar Catarinense, que nos representa pelos 16 deputados federais e pelos três senadores, se engaje efetivamente nessa luta na redenção do valor e da importância dos municípios. E a bancada do Partido Progressista vem nesta tarde para dizer que vai estar, sim, junto e na direção da construção dessa solução.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PSD.

Com a palavra o deputado Maurício Eskudlark, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente e srs. deputados, quero saudar o prefeito Evandro, do município de Penha, e seus vereadores que hoje estiveram visitando o presidente do Tribunal de Justiça, pleiteando uma comarca para o município de Penha, que hoje depende da comarca de Piçarras, eis que mais de 70% do volume de processos da comarca de Piçarras é do município de Penha.

Então, o município de Penha tem um número duas vezes maior do que o município de Piçarras em movimentação de processos e automaticamente isso demonstra um número maior de pessoas e também um maior desenvolvimento econômico. Então, há várias peculiaridades no município de Penha. Acompanho muito as manifestações da, também presente, vereadora Adriani Tibeco, que sempre posta no *facebook* os eventos e as necessidades do município.

Fomos muito bem recebidos pelo dr. Nelson, presidente do Tribunal de Justiça, pelo dr. Silvio Franco, o juiz que assessora a Presidência, e sabemos desses estudos para a colocação no PPA e do planejamento para as primeiras ações através da Casa da Cidadania, através de audiências, para culminar depois com a comarca de Penha. Essa é uma necessidade, pois se trata do terceiro destino turístico de Santa Catarina, além de Camboriú e Florianópolis, e um dos mais procurados do sul do Brasil, com o Parque Beto Carreiro.

A administração municipal se colocou no apoio no que se refere à infraestrutura. Esteve presente o vereador Juju, presidente da Câmara de vereadores. A própria Câmara se dispôs a ajudar. Isso vem a ser uma solução para o Judiciário e para aquela sociedade que precisa da garantia da Justiça, do acesso fácil, de uma resposta rápida. Então, essa reivindicação atende a população de Penha.

Temos certeza de que o Tribunal de Justiça, dentro do planejamento para o estado de Santa Catarina, vai começar a praticar ações de atendimento à população, que já são preparativos para a implantação da comarca de Penha.

Foi muito importante essa reunião. E, na próxima quinta-feira, também teremos na secretaria da Segurança uma audiência com vereadores e lideranças de Navegantes sobre questões de segurança pública, pois houve um crescimento no número de roubos em estabelecimentos comerciais. Isso é cíclico. E a Segurança Pública precisa dar a sua resposta.

No oeste catarinense está sendo realizada mais uma Operação Ágata e lá podemos ver carros do exército, da Polícia Militar, da Polícia Civil, da Polícia Rodoviária Federal. Foi um trabalho conjunto, de presença. Essa sintonia é importante.

O pessoal do Exército é preparado no sentido de que quem está do outro lado é inimigo, já a Polícia é preparada para identificar pessoas problema muitas vezes no meio de uma multidão. Mas o Exército é uma instituição de respeito e pode ajudar, e muito, na segurança pública, até pela força que representa e o respeito que tem perante a sociedade.

Quero falar também aqui, deputado Silvio Dreveck que foi presidente da nossa CPI da Telefonia Móvel, sobre o que está acontecendo com a TIM. Acho que nos últimos dias, não sei das outras operadoras, mas tenho verificado que a TIM está um caos, seja no município de Itapema, no município de Balneário Camboriú, aqui mesmo em Florianópolis, nas grandes cidades, porque às vezes achamos que estão melhorando a qualidade de comunicação, a tecnologia 3G, do sinal de celular das grandes cidades, mas que no interior fica meio abandonado. Mas em Balneário Camboriú a telefonia, principalmente, da TIM, está um caos. No centro de Balneário de Camboriú, na Avenida Brasil, em qualquer lugar da cidade, você não consegue ligar e quando consegue cai a ligação. É um problema grave. Então, acho que daqui a alguns dias o deputado Silvio Dreveck vai ter que reativar, deputado Ismael dos Santos, a CPI da Telefonia, para vermos o que efetivamente está acontecendo.

Quero mandar um abraço ao meu amigo Tigrão, da Rádio Menina, da TV Mocinha, do canal 100. Lá a programação sempre inicia a partir das 18h, e ele tem falado sobre esse problema. Ele é um crítico muito justo. Quando é para reconhecer e elogiar ele sabe fazer e quando é para criticar ele critica.

Quero registrar o trabalho do Tigrão e dizer que ou a imprensa começa a cobrar, a se manifestar, ou precisamos adotar outras medidas através, inclusive, da própria Assembleia Legislativa para melhorar a questão da telefonia. É um caos também aqui nos municípios da Grande Florianópolis, São José, Palhoça e no nosso litoral norte, onde eu resido, em Balneário Camboriú.

Então, acompanhamos, conversamos com as pessoas, vimos as pessoas ligando, enviando mensagem que chega somente dois dias depois, vimos a dificuldade de completar uma chamada. E isso que é uma atividade

altamente lucrativa para as empresas de telefonia. Então, quero deixar o nosso protesto, principalmente sobre a TIM, eis que nós somos testemunhas do descaso para com o tratamento com o cidadão.

Acredito que todas as companhias possuem as suas dificuldades, mas a TIM é um caos e um descaso a parte de desrespeito com o cidadão. Investem muito em propaganda, muito naqueles homens de azul, mas falar que é bom não se consegue. Acho que precisa mudar um pouco o foco e termos uma resposta nesse sentido.

Era essa a nossa manifestação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os minutos restantes do tempo do partido são destinados ao deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Obrigado, deputado, pelos dois minutos restantes.

Gostaria de me reportar à audiência que tivemos, há poucos minutos, com o comando-geral dos bombeiros de Santa Catarina, preocupados com a adequação da Lei de Prevenção de Incêndios e Edificação, promulgada nesta Casa.

Houve uma discussão bastante ampla também em relação à Joinville, deputado, no sentido de olharmos com carinho as questões dos prazos. E o comandante nos tranquilizava em relação a algumas medidas já tomadas, em especial com relação a imóveis já construídos, edificados, desde o último mês de novembro de 2013, que terão, sr. presidente, um prazo de cinco anos para as devidas adequações. É claro que aquelas obrigações imediatas, como sinalização, como a questão dos extintores, como a identificação do número de público permitido, serão imediatas. Mas outras que exigem um projeto mais apurado terão aí, num acordo com o Ministério Público, até cinco anos para as suas adequações. Isso nos tranquilizou e queremos passar essa informação aos catarinenses, de que há boa vontade por parte do comando dos bombeiros em Santa Catarina, no sentido de dialogar com a sociedade e, de fato, trabalhar na prevenção em todo estado catarinense, inclusive na parceria com os bombeiros voluntários.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra a deputada Ada Faraco De Luca, por até 12 minutos.

A SRA. DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA - (Passa a ler.)

"Boa-tarde, sr. presidente, membros da Mesa, caros colegas deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital e imprensa em geral.

Ocupo esta tribuna, na data de hoje, com bastante satisfação, para registrar um grande passo que está se dando para o desenvolvimento da região carbonífera do sul do nosso estado.

O senador Luiz Henrique da Silveira, com o nosso vice-governador Eduardo Pinho Moreira e o secretário da Fazenda, dr. Gavazzoni, representando o governo de Santa Catarina, estiveram reunidos em Nova Iorque com os diretores da empresa Transgas - Desenvolvimento de Sistemas, onde assinaram um memorando de implantação de projeto carboquímico em Santa Catarina, na região de Criciúma, minha terra natal.

O nosso estado foi considerado pela Transgas uma localidade promissora para investimento de grande magnitude. Por isso, em dezembro passado, o governo do estado já havia recebido a visita da Transgas e assistido a uma apresentação sobre a tecnologia de gaseificação do carvão.

A produção em grande escala de subsídios para a indústria contribuirá, sim, para o fortalecimento da posição do nosso estado no setor manufatureiro nacional e do comércio internacional.

Com esse projeto serão produzidos insumos que estão no foco de Santa Catarina: fertilizantes, a partir da gaseificação do carvão com a extração de nitrato de amônia e ureia, e, posteriormente, gás sintético para atender à demanda, hoje reprimida pela falta do gás natural do Brasil/Bolívia. E a Transgas é detentora da tecnologia necessária para essa produção.

Somente a título de conhecimento, vejam, srs. deputados, que com essa tecnologia de gaseificação do carvão também é possível produzir gasolina pura, diesel, combustível para aviões, GLP, polipropileno para plásticos, explosivos, nitrogênio e outros gases industriais.

Após a liberação das licenças ambientais, deputado Romildo Titon, a implantação efetiva desta indústria deverá ocorrer em quatro anos e terá investimentos de aproximadamente dois bilhões e 700 milhões de dólares. Para os senhores terem uma ideia do que isso representa, esse investimento equivale à instalação de 12 fábricas da BMW, igual à que está se instalando em Araquari.

Essa indústria terá capacidade, depois de concluída, de produzir seis mil toneladas por dia de nitrato de amônia e ureia, componentes para produção de fertilizantes, além de outros subprodutos como o enxofre.

Srs. deputados, a empresa, que será definida após análises de logística, custos de transporte dos insumos e produtos, deverá se instalar nas proximidades das jazidas de carvão da nossa região de Criciúma. Essa empresa trará grandes reflexos econômicos para toda região, principalmente para Tubarão e Imbituba, em razão da ferrovia Tereza Cristina e do porto de Imbituba, para transportar o volume expressivo da produção.

Vejam, srs. deputados, a importância desse projeto para Santa Catarina no cenário nacional: o Brasil hoje é o maior produtor de grãos do mundo e importa 80% de seus fertilizantes, consequentemente, não iremos precisar mais de 80%.

Com esse projeto implantado em Santa Catarina, o nosso estado pode tornar-se um grande produtor de fertilizantes e fazer o nosso país autossustentável nesse segmento. Esse acordo firmado entre o nosso governo e a

empresa Transgas, acontece num momento muito importante, pois está para ser regulamentada, em breve, a lei de regime especial de incentivo ao desenvolvimento da infraestrutura da indústria de fertilizantes no Brasil, o que irá atrair grandes investimentos estratégicos para fomentar a indústria de fertilizantes no Brasil e, assim, teremos custo do grão bem menor e com mais facilidade para a sua importação.

Deste modo, Santa Catarina sai na frente e dá um passo para se tornar referência nacional na produção de fertilizantes. Além de essa indústria ser geradora de emprego e renda, será a grande propulsora da economia da nossa região sul, tão carente de desenvolvimento.

Como representante do sul e creio de todos os parlamentares do sul e do estado também, em nome dessa comunidade, quero agradecer essa iniciativa do governo do estado, tão bem representada pelo nosso senador Luiz Henrique da Silveira, pelo dr. Eduardo Pinho Moreira, nosso vice-governador, e o dr. Antônio Gavazzoni, secretário da Fazenda.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Deputado Manoel Mota, solicito a v.exa. que assuma a Presidência para que este deputado possa fazer uso da palavra, no horário do PT.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Mota) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Muito obrigado, deputado Manoel Mota.

Inicialmente eu gostaria de aproveitar o horário do Partido dos Trabalhadores para trazer algumas informações de uma visita que tive a alegria de fazer no dia de ontem, juntamente com a deputada Ada de Luca, o deputado Valmir Comin e v.exa., deputado Manoel Mota.

Quero trazer aqui a conhecimento de todos os srs. parlamentares que estivemos no dia de ontem na ponte de Laguna, ponte Anita Garibaldi, fazendo uma visita. E gostaríamos de socializar um pouco do andamento da construção dessa ponte que é extremamente estratégica, importante, para o desenvolvimento da região e para o nosso estado e para o nosso país.

Eu gostaria inicialmente de projetar um audiovisual para o acompanhamento dos srs. deputados e deputadas.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

Acredito que deu para se ter ideia dessa obra. E ficamos extremamente impressionados com o que conseguimos acompanhar, além de toda a tecnologia empenhada e aplicada na execução dessa obra, a forma, a maneira e ao mesmo tempo também o cuidado e rapidez com que está sendo encaminhada.

Ressalto novamente aqui que foi uma visita de mais ou menos duas horas que a

deputada Ada Faraco De Luca, o deputado Valmir Comin e o deputado Manoel Mota e eu estivemos *in loco* fazendo esse acompanhamento.

A Sra. Deputada Ada Faraco De Luca - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Pois não!

A Sra. Deputada Ada Faraco De Luca - Deputado Padre Pedro Baldissera, primeiro, eu gostaria de agradecer a v.exa. pelo seu convite. Fiquei maravilhada, é uma obra que temos que elogiar porque acompanhamos a teoria e a prática. Estivemos no pátio, mostraram-nos o passo a passo de como iríamos ver lá de dentro d'água e acompanhamos extasiados toda a tecnologia, a própria empresa, os seus restaurantes nas balsas, aquela balsa que é um posto de saúde com remédios para atender os operários - até agora não aconteceu nada de grave, e são dois mil funcionários - com a rapidez. Eles estão falando para maio, mas talvez fique pronta antes disso.

Então, só temos que elogiar mesmo as três empresas, os funcionários e toda a tecnologia. Viva a tecnologia!

Em nome dos deputados Mário Mota e Valmir Comin, que foram os seus convidados também, quero agradecer e dizer muito obrigada, porque fizemos parte da história da ponte Anita Garibaldi.

Muito obrigada!

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Muito obrigado, deputada Ada Faraco De Luca.

Serão investidos em torno de R\$ 800 milhões até a conclusão dessa obra.

Então, acho que valeu a pena essa visita preparatória para a visita da presidenta Dilma Rousseff, que também estará no estado fazendo uma visita ao mesmo local, e até mesmo para acompanhar de perto esse extraordinário trabalho que está sendo realizado exatamente em Laguna.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Mota) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPS.

(Pausa)

Na ausência do representante do PPS, os próximos minutos são destinados ao PSOL.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, público que acompanha esta sessão aqui presente ou também pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, quero também, falando em ponte, voltar à pauta da Ponte Hercílio Luz, que hoje proporcionou um debate organizado pela Associação dos Engenheiros para discutir alguns aspectos relacionados à recuperação da Ponte Hercílio Luz.

No começo do mês de março, portanto há dois meses, falou-se que a ponte seria reinaugurada ainda neste ano de 2014. Eu falava aqui que aquela era mais uma fala típica de cada ano eleitoral.

No mês de março de cada ano eleitoral se anuncia que a ponte Hercílio Luz será reaberta antes do final do ano. Só que a eleição é em outubro e o final do ano é em dezembro. E aí passa a eleição e os compromissos ficam assim por mais quatro anos.

Não pude participar deste evento por outros compromissos, mas a nossa assessoria esteve e fico feliz pela assertividade das análises, de que é preciso tratar o assunto Ponte Hercílio Luz com mais seriedade.

Inclusive, essa ponte de Laguna, eu acho que poderia ser bem menor, deputado Ismael dos Santos, e custaria mais barato. Mas essa ponte foi citada na manhã de hoje, dizendo que aquela ponte de Laguna, com 2.800 metros, vai custar mais barato do que já se investiu e está se investindo na recuperação da Ponte Hercílio Luz. Isso pronunciado na manhã de hoje.

O Sr. Deputado Valmir Comin - (Intervindo) - Não me fale besteira!

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Deputado Valmir Comin, v.exa. deseja um aparte?

O Sr. Deputado Valmir Comin - Retiro a palavra besteira e digo que v.exa. está equivocado. Com todo respeito que tenho por v.exa.

Eu tive a oportunidade, ontem, inclusive, a convite do deputado Padre Pedro Baldissera, deputado Manoel Mota, deputada Ada Faraco De Luca, e também o suplente José Paulo Serafim, e visualizamos *in loco* a magnitude que é aquela obra, da ponte estaiada Anita Garibaldi, lá de Laguna, em Cabeçadas.

Aliás, é uma ponte com 2.850 metros de extensão, com mais ou menos 400 metros de estaiamento, uma tecnologia portuguesa. Agora está vindo uma nova tecnologia norueguesa, que já está chegando ao porto, para fazer todo o enrocamento e a plataforma do vão central.

Inclusive, hoje o deputado Reno Caramori e o presidente da Casa, deputado Joares Ponticelli, estavam na Associação dos Engenheiros quando estavam discutindo e debatendo, junto aos engenheiros e a CI(?), com relação à ponte Hercílio Luz. Eu lembro muito bem, o meu pai era freteiro, tinha um F600, e eu vim com ele para cá, vendendo abacaxi e laranja. E foi a primeira vez que eu tive a oportunidade de atravessar a Hercílio Luz, que, aliás, é um ícone, é uma referência de valor insurável para nós todos catarinenses e que precisa sim de reparo.

E precisa, necessita de a vontade política, essa é a grande verdade, e foi essa a manifestação que lá fiz, porque quando você estabelece um pacto de município, estado e união, e estabelece a condição da Lei Rouanet, e o governo diz que os investimentos e os recursos, os impostos da Casan e da Celesc vão ser especificamente para isso, é porque está com propósito e boa intenção de fazer aquilo voltar, na sua essência e na prática, à atividade que vai escoar 40 mil veículos dia.

Por isso, quando v.exa. fala que os investimentos feitos na ponte, na restauração, são maiores que o da ponte, me desculpe, mas v.exa. está totalmente equivocado. E os

números mostram isso e eu posso mostrar a v.exa.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - V.Exa. tomou o meu tempo, justamente o que eu tinha para expor uma ideia. Qual é a ideia? De que tem se falado durante 32 anos em recuperar a Ponte Hercílio Luz, se tem gasto uma imensidade de dinheiro, e não se tem vislumbramento de recuperação.

E acho também, e esta é a minha defesa, duas defesas aliás, que a ponte de Laguna poderia ser bem menor, e em outro tempo vou falar o que já falei no passado sobre isso. Ela tem que ser recuperada para transporte de pedestre e de ciclistas, só com isso ela já tira dois mil veículos de cima das outras pontes. Porque pensar em se recuperar aquela ponte para transporte de veículo automotor, de ônibus, de carros, mesmo veículos leves, é um absurdo. Vai custar mais cara a recuperação e não tem quase resultado do ponto de vista do escoamento de veículos.

Então, é preciso pensar a Ponte Hercílio Luz, como uma solução, inclusive, para o turismo da capital, para as pessoas caminharem pela ponte, visitarem Florianópolis para caminhar pela ponte Hercílio Luz. Esse é o debate que eu queria apresentar e com gastos muito menores do que se tem gastado para resultado nenhum.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

A Sra. Deputada Ada De Luca - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ada De Luca.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Sr. presidente, queria falar com o deputado Sargento Amauri Soares o seguinte: concordo, sim, com muitas coisas de suas idéias, pensamentos e ideologia, mas agora v.exa. tinha que colocar um defeito na ponte de Lacuna, não é! O governo que pensa para o futuro não pode fazer uma ponte meia boca. Tem que fazer uma ponte para 30 anos e ela funcionar.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Deveria ter feito uma ponte para 50 anos e três faixas então para cada lado, e não só duas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Agora, sim, com a palavra o deputado Nilson Gonçalves, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, srs. deputados, a conversa vai longe quando se trata da Ponte Hercílio Luz. Estava a caminho de Florianópolis e ouvia o engenheiro responsável da recuperação da Ponte Hercílio Luz e ele explicava que cada vez que se mexe na ponte, mais problemas se encontram.

O grande problema da Ponte Hercílio Luz, segundo o entendimento dele, essa ponte está fazendo quase uma centena de anos, mas passou décadas e décadas sem a devida manutenção e recuperação, apenas pintura ou até organizando alguma coisa, por isso agora o problema.

Mas não é esse o assunto que me traz à tribuna. O problema principal que me traz aqui diz respeito à minha região de Joinville e, evidentemente, às suas cidades em seu entorno.

Antes, porém, quero registrar aqui com muito pesar, com muita tristeza o falecimento de uma pessoa que, além de amigo é um motociclista de longa data, talvez um dos grandes artistas do motociclismo que conheço cujo nome é Alvacir Chaves, mais conhecido como Nenê, era apaixonadíssimo por moto e proprietário do Nenê Motos, na Rua Blumenau.

Tinha 40 anos e acabou perdendo a vida agora neste final de semana quando treinava numa pista na periferia de Joinville. O falecimento dele não foi por acidente, mas acometido de um ataque cardíaco quando se sentiu mal, parou a moto enquanto treinava, e feio a falecer. É lamentável! Empresário jovem, um rapaz amigo de todos no município de Joinville e que viveu os últimos momentos de sua vida justamente no meio em que mais amava que era uma pista de motociclismo.

Deixo aqui, então, os nossos sentimentos aos familiares, aos amigos, por um amigo que se vai. Cuidava da saúde como poucos e amava o esporte.

Sr. presidente, ontem em Joinville tivemos mais uma reunião das tantas reuniões sobre segurança, convocada pelo CDL de Joinville, onde compareceram todos os segmentos que dizem respeito à segurança de Joinville. E mais uma vez se bateu na mesma tecla, no mesmo problema da falta de segurança no município de Joinville.

Eu não pude estar lá, porque terminei meu programa de TV e voltei só no final do dia, para participar de uma reunião na Acij, também tratando do mesmo assunto, que é segurança, também com os mesmos convidados do CDL.

Nessa reunião somente eu estava lá como político, como deputado, como representante da região e acabei recebendo uma saraivada. Uma pessoa até disse que não se sentia representado por esses políticos que nós temos, que não se sentia representado por nenhum dos elementos que estavam ali, porque não faziam nada, porque não tomavam iniciativa nenhuma. E escutei calmamente, constringido.

Por que se faz isso? Porque há um sentimento de que a falta de segurança no país é culpa dos políticos. Eu não tinha mais o que falar, mas pedi um aparte ao presidente da Acij para que eu pudesse pelo menos me defender. Eu falei para o cidadão que na classe política temos bons e maus políticos, mas temos também na classe empresarial bons e maus empresários, que nós temos políticos corruptos e temos empresários corruptores, que temos na polícia policiais bons, mas temos também maus policiais. Nós temos em todos os segmentos pessoas boas e pessoas más, enfim, a sociedade está contaminada.

O problema da falta de segurança é um problema que temos que analisar de maneira mais abrangente, começa desde a desestruturação da família, passa forçosamente pelo problema das drogas e deságua nos problemas que temos lá, como falta de policial, de câmeras, e temos prometidas 200 câmeras que nunca chegam lá. Isso é o complemento de todo um contexto, porque em Joinville estão matando muita gente. Nos últimos 15 dias mataram nove. Tirando os psicopatas que estão soltos por aí e eventualmente aparecem, como foi o caso de um elemento que matou uma moça e depois a esquartejou, 90% dos assassinatos é bandido matando bandido. É bandido acertando conta com bandido, é o submundo, é um andar de baixo acertando as contas entre si.

Portanto, a sociedade de bem não está sendo assassinada. O povo que trabalha está sendo assaltado deliberadamente, pois em Joinville o comandante enumerou que são mais ou menos uns 50 que tem lá desses, o primeiro colocado já passou 56 vezes pela delegacia, já tem currículo lá. Inclusive, prenderam, na semana passada, um elemento que foi preso no ano passado, condenado a oito anos de prisão. Foi preso na rua, porque assaltou. Quer dizer, é enxugar gelo. Mas nem por isso vamos desistir. Vamos mais uma vez fazer uma reunião com o secretário e Segurança. E convoco todos os companheiros para que estejamos junto com a Acij e com o CDL para que possamos mais uma vez brigar por Joinville.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário e que serão arquivadas as seguintes matérias: Ofício n. 0006/2014 e Ofício 0646/2014.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0043/2014, de autoria do deputado Neodi Saretta, que declara integrante do patrimônio histórico, artístico e cultural do estado de Santa Catarina a Festa da Polenta e do Queijo, do município de Lindoia do Sul.

Conta com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queria discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0071/2014, de autoria do deputado Ismael dos Santos, que assegura ao consumidor o direito à informação sobre a inexistência de assistência técnica no município.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e de Direitos Humanos.

Em discussão.

Com a palavra o autor, deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Quero agradecer a votação unânime em primeiro turno por parte dos deputados desta Casa e espero que também seja em segundo turno.

Apenas quero lembrar que uma pesquisa do Inmetro neste último mês fala sobre a dificuldade da assistência técnica no país. Esse quesito da assistência técnica passou a ser a maior preocupação do consumidor brasileiro, tanto que a pesquisa constatou que 79,6% dos entrevistados declararam que pagariam um valor maior por um produto que tivesse a adequada rede de assistência técnica.

Então o que queremos é que o vendedor, o balconista, possa dar essa informação ao cidadão catarinense quando ele vai comprar o seu celular, a sua geladeira, se tem ou não assistência técnica, porque muitas vezes podem dizer que há o manual, mas às vezes o manual está até lacrado dentro da caixa. Então, é necessário que essa informação seja prestada pelo vendedor para que o consumidor possa, em não havendo assistência técnica, correr o risco ou não de comprar o referido produto.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feitos os esclarecimentos, em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0070/2014, de autoria do deputado Dado Cherem, que dispõe sobre a instituição do Dia Estadual do Engenheiro de Petróleo.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0169/2012, de autoria do deputado Manoel Mota, que obriga os fabricantes ou importadores de material explosivo, comercializados no estado de Santa Catarina, a adotarem mecanismos de identificação que permaneçam intactos após o processo de detonação.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça; de Segurança Pública e de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão em votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0337/2012, de autoria do deputado José Nei Ascari, que dispõe sobre a apresentação prévia do Selo GNV no abastecimento de Gás Natural Veicular pelos postos de abastecimentos de combustível.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa às fls. 33 e supressiva às fls. 34.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s: 0225, de autoria do deputado José Milton Scheffer; 0226, de autoria do deputado Neodi Saretta, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Também comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0430, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt; 0431, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0432, de autoria do deputado José Milton Scheffer; 0433, 0434, de autoria do deputado Neodi Saretta.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, não poderia deixar de fazer referência que no ano passado o campeão brasileiro de handebol feminino foi o time de Concórdia e que, agora, na Copa do Brasil sagrou-se campeão o time feminino de handebol, treinado pelo competente Alexandre Schneider.

Assim, faço esse registro não apenas para parabenizar o time e a cidade, mas porque é mais um título para Santa Catarina.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feito o registro e a manifestação, deputado Neodi Saretta, esta Casa também estende os cumprimentos à equipe vencedora.

Esta Presidência defere os Requerimentos n.s: 0435, 0436, 0437 e 0438, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0439, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0440 e 0441, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0442, de autoria

da deputada Angela Albino; 0443, de autoria do deputado Marcos Vieira; e 0444, de autoria do deputado José Milton Scheffer.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o deputado José Milton Scheffer, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Caro deputado Padre Pedro Baldissera, que preside esta sessão, queremos na tarde de hoje trazer aqui, entre alguns temas, a indicação que foi aprovada ainda há pouco por este plenário, de nossa autoria, que solicita ao governo do estado, ao secretário de Infraestrutura e ao presidente do Deinfra o início das obras de pavimentação da rodovia 442, que liga o município de Cocal do Sul até o distrito de Morro da Fumaça, chamado Estação Cocal, uma obra esperada há muito tempo, que vai trazer benefícios significativos para aquela região.

Só de caminhões que transitam por essa rodovia que tem 11 quilômetros vamos tirar hoje do centro da cidade de Cocal do Sul cerca de 20 mil por ano, aqueles que saem somente de uma cerâmica, deputado Eni Voltolini, a cerâmica Eliane que fica em Cocal do Sul. E é quase R\$1 bilhão em termos financeiros em mercadorias por ano que circulam pelo centro da cidade, causando transtorno ou falta de mobilidade. E essa obra é reivindicada há muito tempo.

Tenho aqui um requerimento da Câmara Municipal de Vereadores de Cocal do Sul, assinado pelo vereador José Hugo de Rock, que solicita agilidade, uma vez que em setembro de 2013 entidades governamentais lá estiveram anunciando a autorização da licitação da obra, o que causou toda uma euforia na comunidade.

Na verdade seria uma parceria público-privada entre o governo do estado, a cerâmica Eliane e os dois municípios para a realização dessa obra que tem 11 quilômetros de extensão e R\$23 milhões de orçamento. Teria que ter aí mais três milhões de desapropriações de alguns terrenos. Mas a partir daquela data todo mundo sumiu. Ninguém mais falou.

A Câmara de Vereadores de Morro da Fumaça, através do vereador José Hugo de Rock e também de Cocal do Sul, tem questionado o governo do estado, tem questionado esta Casa, a respeito das ações que precisam ser feitas para iniciar essa obra, eis que foi inclusive anunciado o prazo de término, que eram 18 meses a partir da data de lançamento do edital. Mas até agora nenhum canteiro de obra, nenhum contrato foi anunciado, deixando a comunidade perplexa.

O benefício, além da mobilidade urbana, da facilidade da trafegabilidade, da qualidade de vida para as pessoas que residem tanto na cidade de Cocal do Sul quanto do Morro da Fumaça, pela retirada de veículos do centro da cidade, bem como também a distância que será diminuída entre a BR-101 e Cocal do Sul...

Por isso trago na tarde de hoje a esta tribuna uma indicação ao governo do estado para que se manifeste a respeito dessas ações, para que a comunidade possa entender

o que está acontecendo, quais as perspectivas dessa obra iniciar este ano e o que pode ser dito. Inclusive o próprio diretor-presidente da Cerâmica Eliane, o empresário Edison Gaidzinski Júnior, reconhece de público o grande benefício que essa rodovia vai apresentar para o escoamento da produção, para a mobilidade urbana dessas cidades, bem como para a malha viária de toda a região da Amrec.

Então, é uma rodovia estratégica, e foi criada uma expectativa, foi anunciada a obra e depois, cerca de quase dez meses após, nenhuma ação foi feita, o que deixa toda uma comunidade perplexa. E essa reivindicação que trago, aprovada pela assembleia de hoje, tem essa justificativa, tem toda uma história já feita pelos órgãos de infraestrutura, do governo do estado, mas que agora nos últimos meses, pela ausência dessas instituições, a comunidade vem de público pedir uma manifestação do governo do estado para que a obra seja iniciada o mais breve possível.

Aproveito este momento na tribuna, nesta tarde, para agradecer ao deputado Silvio Dreveck que estava presidindo a comissão de Constituição e Justiça, na manhã de hoje, na aprovação naquela comissão de um projeto de nossa iniciativa, o de n. 0444, que tem como objetivo fazer com que cada hospital, ao nascer uma criança com Síndrome de Down, comunique às instituições que trabalham com Síndrome de Down, para que a família tenha toda uma acolhida, juntamente com a criança, e o apoio das instituições.

É um projeto de grande valia, porque a maioria dos próprios hospitais e profissionais, médicos não estão preparados para quando nasce uma criança com a Síndrome de Down que nada mais é do que apenas um cromossomo a mais que essa criança tem. E muitas vezes a família perplexa tem uma série de problemas psicológicos, de transtornos, causados pela falta de informação. E o que nós queremos é jogar mais luz nesse problema, trazer a informação para a família, para que ela busque o apoio junto à sociedade organizada e a partir daí tenha todo um atendimento a criança.

É sabido, deputado Padre Pedro Baldissera, que quando nasce uma criança com alguma deficiência ou com Síndrome de Down, se tiver um atendimento já nos primeiros meses, e inclusive a família acolhida naquele momento, é algo importante, porque muitas vezes a situação da criança causa uma série de transtornos psicológicos às mães, também às vezes o hospital não está preparado.

Em cada região de Santa Catarina temos organizações, associações que trabalham, médicos geneticistas, psicólogos, nutricionistas e fisioterapeutas, enfim, uma série de profissionais que podem ajudar essas famílias, mostrar e acolher essas famílias, dizer qual o caminho a ser seguido, porque uma criança com Síndrome de Down, se tiver o atendimento desde nova, vai ter uma vida mais tranquila, vai ter uma vida com autonomia, vai poder estudar, trabalhar, se relacionar com outras pessoas, praticar a verdadeira inclusão social, que é tudo que queremos, pois vivemos em sociedade e somos todos uns diferentes dos outros. O que faz a diferença é a maneira

como olhamos, os olhos como vimos essas pessoas e obviamente também o atendimento.

Ao andar pelo estado de Santa Catarina, temo-nos deparado, principalmente em famílias com baixa renda, que quando nasce uma criança com Síndrome de Down - e sabemos que isso é muito comum, deputado Eni Voltolini, pois a cada 600 bebês, 700 bebês que nascem um tem essa síndrome, que é uma alteração no cromossoma 21 -, muitas vezes as famílias abaladas com isso escondem as crianças, se fecham dentro de suas casas, quando na verdade o ideal seria que elas buscassem ajuda e que o poder público também estivesse preparado para receber essas crianças, orientar as famílias e prestar todo o atendimento, para que essa criança possa ter uma vida melhor durante a sua juventude, durante a sua infância e na fase adulta.

A ideia que se tem é buscar a inclusão social, que esses jovens possam frequentar os ambientes escolares, possam ter uma formação, uma atividade profissional e se possível viverem sozinhos e terem um bom relacionamento com outras pessoas com a maior normalidade possível. Mas para isso é importante que desde o primeiro dia de vida, a criança e os pais, tenham um acompanhamento não só pelo poder público, mas também de Organizações não Governamentais, ONGs, que possam ajudar a orientar essas famílias.

Temos visto que muitas coisas poderiam ser evitadas, se tivéssemos um acompanhamento profissional desde cedo para as pessoas possuidoras de Síndrome de Down.

Então, fica aqui esse projeto de lei, o meu agradecimento a todos os membros da comissão de Constituição e Justiça, pois é mais um passo que está sendo dado. E quero aproveitar este momento para fazer o meu agradecimento e também registrar na tarde de hoje a presença da nossa comunicadora de Araranguá, Flávia Rech, acompanhada da sua mãe, dona Ângela. Elas estão assistindo à sessão ordinária e acompanhando todo o nosso trabalho, das galerias da nossa Assembleia Legislativa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Eni Voltolini - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Eni Voltolini.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Eu gostaria de fazer, em nome da bancada progressista, sr. presidente, o registro da presença nesta manhã, no nosso plenário, do prefeito de Mafra, sr. Roberto Scholze, que veio à capital para receber de forma meritória o Prêmio de Prefeito Empreendedor.

Eu gostaria de me associar a essa homenagem, em nome de todos nós da bancada progressista, mesmo ele não sendo do nosso partido, ele é do seu partido, o PT, porque é um reconhecimento de valor e de mérito a esse jovem prefeito da progressista cidade de Mafra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feito o registro, deputado Eni Voltolini, esta Presidência se associa à sua

manifestação e ao mesmo tempo estende esse reconhecimento ao trabalho empreendedor do nosso prefeito Roberto Scholze.

Ainda em Explicação Pessoal, com a palavra o sr. deputado Manoel Mota, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio AleSC Digital e visitantes que nos dão a honra de prestigiar o Parlamento Catarinense na tarde de hoje, gostaria de fazer algumas considerações, começando pela beleza e tecnologia investidos numa das maiores obras do DNIT dos últimos tempos.

A ponte levará o nome de Anita Garibaldi, e quem passa na estrada não tem noção do que ela é, sem ir lá visitá-la. A estrutura que eles implantaram para poder construir aquela ponte é impressionante. Ela é uma das pontes que vão marcar história, até porque o seu nome, Anita Garibaldi, já faz parte da história.

Evidentemente que estão fazendo aquela obra com uma rapidez sem limite, mas agora a população vai sentir um pouco de atraso, porque levarão 60 dias para desmontar todos aqueles equipamentos e levar para o outro lado, porque lá onde ficam aqueles cabos não passa a estrutura que está indo do norte para o sul. Evidentemente que eles têm que montar a estrutura do sul para o norte até chegar lá. E para poder depois, com outra estrutura que virá, parece-me, da Noruega, complementar tudo aquilo lá e ter a obra concluída dentro do prazo. Em maio será concluída a obra da Ponte Anita Garibaldi, na região de Laguna.

Temos também uma preocupação. Deputado Padre Pedro Baldissera, v.exa. estava lá ontem com o seu sorriso brilhante porque é uma obra do governo federal que marcará muito Santa Catarina. Apesar de todo atraso da obra, temos que reconhecer que é uma obra importante para o nosso estado. O sul do estado tem um prejuízo de R\$ 35 bilhões. Quando foi feito o lado norte, foi esquecido que o sul também é o nosso país. Então, foi levantado pela Fiesc um prejuízo de R\$ 35 bilhões para o sul do estado. Agora estamos tentando recuperar isso com a BR-101 e também com o Porto de Imbituba, e a obra está quase concluída, que vai receber navios de 380m, navios de grande porte. Temos um aeroporto inaugurado, e agora estamos aguardando que a TAM e a GOL comecem a fazer vôos.

Então, na minha concepção, o tripé do desenvolvimento da região sul do estado é BR-101, Porto de Imbituba e Aeroporto de Jaguaruna

Por isso, conseguimos trazer da Itália - e vão começar a obra agora - a Cimolai, uma das maiores metalúrgicas do mundo. Ela vai se instalar em Içara, que vai ser a grande beneficiada. Por que Içara? Porque lá onde ela vai-se instalar passa o trilho do trem. E como eles trabalham com grandes equipamentos, com peças muito grandes, é preciso que haja o transporte ferroviário, e por lá passa o trilho do trem.

Então, essas empresas começaram a se instalar no sul do estado por uma razão.

Esse tripé de desenvolvimento faz com que as empresas possam escoar a sua produção, as pessoas possam se dirigir dali para o mundo inteiro através do aeroporto de Jaguaruna, e buscar importar e exportar pelo porto de Imbituba. Isso é ganho real de uma região que é importante para Santa Catarina, mas é importante para o Brasil.

Agora, o que eu não vou deixar de graça, e nós não vamos aceitar, é que depois de uma conquista importante do governo do estado Raimundo Colombo, entraram na Justiça e ganharam uma liminar para a quarta pista no Morro dos Cavalos. Até o DNIT já está criando problemas, estão com medo da Funai. Se estão com medo da Funai, não podem assumir o DNIT, porque tem uma decisão judicial federal que tem que ser respeitada e iniciada a obra.

Foi licitada, a Setepe ganhou a obra e iniciou os trabalhos, mas e agora está tudo parado. Vamos deixar morrer mais uma meia dúzia de pessoas para depois iniciarmos? Será que temos que convidar os vereadores de Palhoça para se instalarem no Morro dos Cavalos ou fazer uma sessão deste Parlamento? Aqui inicia uma sessão às 14h e termina às 18h. Era tempo suficiente para fazer uma fila do Paraná ao Rio Grande do Sul.

Não dá para aceitar, não dá para engolir estas questões que prejudicam a sociedade, eu acho que o governo precisa ter decisão. Quando trouxeram o gás do Chile, o governo tomou a decisão. Não queria saber se tinha pedra, se tinha a Mata Atlântica, o que é que tinha, tocou e em dois anos estava pronto. É decisão política.

E, agora, a Funai vem emperrando, incomodando, a FUNAI que envergonha o governo brasileiro, que trouxe índios, coitados dos índios, não têm culpa nenhuma. Importou índio desse país todo, inclusive do Paraguai, mas o índio não tem culpa, não tenho nada contra o índio. Eu tenho é contra a Funai.

É preciso, sim, que estas medidas sejam tomadas o mais rapidamente possível. Na semana que vem eu vou começar a encampar o movimento. Se eu levei 19, 20 anos, para buscar a ordem de serviço para a BR-101, e respondo quatro processos, para responder mais um não tem problema nenhum. Porque eu respondo em nome da sociedade, o

processo que eu tenho é em nome da sociedade.

Temos que buscar alternativas, salvar vidas, fazer com que o usuário que venha visitar Santa Catarina, que vem passear no nosso estado, não fique ali três, quatro horas, emperrado numa fila. Então, é preciso, sim, algumas medidas duras e radicais, mas em defesa do povo, porque isso é fundamental.

Nós estivemos, recentemente, trabalhando em cima do DNIT, porque temos a Serra da Rocinha, a 285, cuja ordem de serviço foi entregue recentemente. As empresas fizeram um consórcio, se instalaram, e a licença não sai.

A licença não sai e já tiraram as máquinas. Tudo que é para o sul é difícil! Sulinos, meus caros conterrâneos, não é fácil resistir, porque tudo que é para o sul é com dificuldade. É preciso trabalhar, é preciso muita garra, precisa brigar com meio mundo.

Já chega a Serra do Faxinal, cuja obra atrasou quatro anos. Agora saiu a licença, não tem mais o problema da perereca, Padre Pedro Baldissera. Agora, não tem mais problema, vai sair a obra. Quer dizer, quem é que é que vai pagar a conta? É a população!

Então, é por isso que temos que trabalhar com garra, determinação e lealdade, mas Santa Catarina especialmente o sul do estado...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Deputado, vou conceder-lhe mais um minuto porque o discurso está inflamado.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Agradeço a v.exa., sr. presidente, e, com certeza, ontem, v.exa. contribuiu muito para ajudar a região sul, ou seja, tínhamos oito deputados, agora temos nove porque o deputado Padre Pedro Baldissera já está filiado ao sul, ou seja, é um dos novos integrantes do nosso grupo de 20% que são oito deputados, mas agora são nove, passando para 23%.

O nosso governador tem também compromisso com a Interpraia, Serra do Faxinal, Serra da Rocinha. Nós vamos ser uma empresa muito grande, uma empresa de

trabalho, de mão de obra que é o turismo e que gera emprego e desenvolvimento, não gera fumaça e nem chaminé.

Por isso, temos, sim, que trabalhar com muita garra, com unidade para que nossa região respire no cenário estadual e nacional e seja respeitada, pois o nosso povo é um povo trabalhador, ordeiro, os empresários são guerreiros, superaram todas as dificuldades.

Agora é preciso, sim, muita solidariedade deste Parlamento para que haja equilíbrio nos investimentos, ou seja, não pode ser demais em um lugar e de menos em outro. Tem que haver equilíbrio! Hoje, a região serrana e o sul de Santa Catarina encontram-se com mais dificuldades. Mas espero, agora com o apoio de v.exa., sr. presidente, pelo tempo que está me dando, evidentemente já é mais um parlamentar com essa bandeira para desenvolver a região sul do meu estado.

Por isso, quero agradecer a v.exa., sr. presidente, ao Parlamento e à Santa Catarina, e dizer que quem tem hoje mais de 30 anos honrando este povo, e vou continuar enquanto viver na vida pública com muita garra, determinação e lealdade ao povo e a região.

Obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Muito bem, deputado Manoel Mota, sua manifestação com certeza vai contribuir e muito para que o nosso povo catarinense tenha mais dignidade e tranquilidade.

Quero aqui também agradecer o reconhecimento que v.exa. me fez, e dizer que gosto muito do povo do sul, não tenho dúvida nenhuma de que é um povo trabalhador, dedicado. Acompanhamos a obra da ponte Anita Garibaldi, na manhã de ontem, e achamos extraordinária.

Não há mais oradores inscritos.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã às 10 horas.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATO DA PRESIDÊNCIA

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 011, de 17 de julho de 2014

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 65, parágrafo único, do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

DESIGNAR o servidor **GERSON RODRIGO DE BANDEIRA PAMPLONA**, matrícula nº 1458, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, o cargo de provimento em comissão de Diretor-Geral, código PL/DAS-8, enquanto durar o impedimento do respectivo titular **CARLOS ALBERTO DE LIMA SOUZA**, que se encontra em fruição de férias por quinze dias, a contar da data de 21 de julho de 2014 (GP - Diretoria Geral).

Deputado **JOARES PONTICELLI**

Presidente, em exercício

*** X X X ***

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 384, de 17 de julho de 2014

Concede o Título de Mérito Legislativo Catarinense a parlamentares e ex-parlamentares da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em face das comemorações alusivas aos 180 anos do Poder Legislativo Catarinense.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no parágrafo único do art. 63 do Regimento Interno da Alesc,

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido o Título de Mérito Legislativo Catarinense aos parlamentares e ex-parlamentares da Assembleia Legislativa de Santa Catarina que tenham exercido mandato por, no mínimo, quatro legislaturas, consecutivas ou alternadas.

§ 1º O Título de Mérito Legislativo Catarinense será entregue em sessão especial a se realizar no mês de agosto de 2014, em face das comemorações alusivas aos 180 anos do Poder Legislativo Catarinense.

§ 2º A Mesa e as lideranças partidárias definirão a data e as formalidades relativas à sessão especial, para os fins deste Ato da Mesa.

Art. 2º Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado **Joares Ponticelli** - Presidente em exercício

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputado Nilson Gonçalves - Secretário

Anexo Ato Nº 384, de 17 de julho de 2014

DEPUTADOS E EX-DEPUTADOS HOMENAGEADOS - 180 ANOS ALESC:

- Afonso Ghizzo (falecido)
- Aldo Pereira de Andrade (falecido)
- Altair Guidi
- Antônio Mauro Rodrigues de Aguiar
- Antônio Ceron
- Bráz Joaquim Alves (falecido)
- Clésio Salvaro
- Celso Ivan da Costa (falecido)
- César Antônio de Souza
- Elgydio Lunardi (falecido)
- Epitácio Bittencourt (falecido)
- Fausto Lobo da Silva Brasil (falecido)
- Fioravante Massolini (falecido)
- Francisco de Assis Küster
- Gelson Sorgato
- Gentil Bellani (falecido)
- Gervásio José Maciel
- Gilmar Knaesel
- Heitor Luiz Sché
- Hermeus João de Nadal
- Ivan César Ranzolin
- Ivo Silveira (falecido)
- João Estivalet Pires (falecido)
- João Henrique Blasi
- Joares Carlos Ponticelli
- Jorge Gonçalves da Silva
- Jorginho dos Santos Mello
- Júlio Cesar Garcia
- Lauro Locks (falecido)
- Lecian Slovinski
- Lício Mauro Ferreira da Silveira (falecido)
- Manoel Mota
- Mário Olinger (falecido)
- Martinho Herculano Ghizzo
- Moacir Sopelsa
- Narcizo Luiz Parisotto
- Nelson Pedrini
- Nilson Gonçalves de Souza
- Octacílio Pedro Ramos (falecido)
- Onofre Santo Agostini
- Otávio Gilson dos Santos
- Pedro Bittencourt Neto
- Odete de Jesus Prestes Nascimento
- Reno Luiz Caramori
- Romildo Luiz Titon
- Sebastião Netto Campos
- Valmir Francisco Comin
- Volnei José Morastoni
- Volney Collaço de Oliveira
- Walter Vicente Gomes (falecido)
- Wilson Rogério Wan-Dall

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 385, de 17 de julho de 2014

Fixa o valor referencial de vencimento dos servidores do Poder Legislativo e adota outras providências.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, e com amparo no parágrafo único do art. 63 do Regimento Interno, assim como no art. 3º da Resolução nº 014, de 14 de dezembro de 2011, c/c a Resolução nº 1344, de 21 de outubro de 1993,

RESOLVE:

Art. 1º O valor referencial de vencimento dos servidores do Poder Legislativo a que se refere o art. 1º, *caput*, da Resolução nº 008, de 30 de setembro de 2009, com a redação dada pelo art. 1º da

Resolução nº 014, de 14 de dezembro de 2011, é fixado em R\$ 477,36 (quatrocentos e setenta e sete reais e trinta e seis centavos), correspondente ao incremento de 4,28% (quatro vírgula vinte e oito por cento), do índice acumulado de 7,98% (sete vírgula noventa e oito por cento) do IGP-M/FVG, reconhecido como revisão geral referente ao período de maio de 2013 a abril de 2014, assegurado pelo disposto no art. 3º da Resolução nº 014, de 14 de dezembro de 2011, observado o disposto no art. 5º da Resolução nº 002, de 24 de fevereiro de 2011.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Ato correrão à conta da dotação orçamentária da Assembleia Legislativa.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º julho de 2014.

Deputado **Joares Ponticelli** - Presidente em exercício

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputado Nilson Gonçalves - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 386, de 17 de julho de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, com redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007.

DESIGNAR a servidora **ANA FLAVIA MARTINS DA SILVA**, matrícula nº 7518, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Assistência Técnica - Planejamento e desenvolvimento institucional, código PL/FC-4, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de julho de 2014 (DG - Diretoria Geral).

Deputado **Joares Ponticelli** - Presidente em exercício

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputado Nilson Gonçalves - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 387, de 17 de julho de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, com redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007.

DESIGNAR PAULO CESAR WILPERT, matrícula nº 3769, servidor do IPREV à disposição da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina para exercer a função de Assessoria Técnica-Parlamentar, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de julho de 2014 (Gab Dep Sargento Amauri Soares).

Deputado **Joares Ponticelli** - Presidente em exercício

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputado Nilson Gonçalves - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 388, de 17 de julho de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

REVOGAR o Ato da Mesa nº 603, de 9 de outubro de 2012, que concedeu adicional de exercício ao servidor **LAURICI SILVA DO HERVAL**, matrícula nº 2001.

Deputado **Joares Ponticelli** - Presidente em exercício

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputado Nilson Gonçalves - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 389, de 17 de julho de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 1465/2014,

RESOLVE: com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder, e com base na Súmula nº 473, de 3 de dezembro de 1969, do STF e parecer da Procuradoria Jurídica no Processo nº 1739/2013,

ATRIBUIR à servidora **JANAINA MELLA**, matrícula nº 7178, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, do código PL/TEL-26, padrão vencimental correspondente a diferença de vencimento do cargo efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26 para o respectivo nível 51, do Grupo de Atividades de Nível Superior, a contar de 2 de julho de 2014.

Deputado **Joares Ponticelli** - Presidente em exercício

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputado Nilson Gonçalves - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 390, de 17 de julho de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 1463/2014,

RESOLVE: *com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder, e com base na Súmula nº 473, de 3 de dezembro de 1969, do STF e parecer da Procuradoria Jurídica no Processo nº 1739/2013,*

ATRIBUIR à servidora **FABIANA PREVEDELLO**, matrícula nº 4972, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, do código PL/TEL-26, padrão vencimental correspondente a diferença de vencimento do cargo efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26 para o respectivo nível 51, do Grupo de Atividades de Nível Superior, a contar de 2 de julho de 2014.

Deputado **Joares Ponticelli** - Presidente em exercício

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputado Nilson Gonçalves - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 391, de 17 de julho de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1091/2014,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 26 c/c art. 20 incisos II e IV da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, e observada a Resolução nº 002/2004,*

Art. 1º CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO ao servidor **RICARDO VALERIO ORIANO**, matrícula nº 1228, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-52, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a:

a) 100%(cem por cento) da gratificação de exercício correspondente ao valor da função de confiança em Comissão Legal, código PL/FC-3, totalizando 100% (cem por cento);

Art. 2º MANTER 60%(sessenta por cento) dos valores estabilizado pela Resolução nº 1041, de 21/5/1991.

Art. 3º Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia financeira a contar do Ato de dispensa da Comissão legal.

Deputado **Joares Ponticelli** - Presidente em exercício

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputado Nilson Gonçalves - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 392, de 17 de julho de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0944/2014,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 26 c/c art. 20 incisos II e IV da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, e observada a Resolução nº 002/2004,*

Art. 1º CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO ao servidor **JOHNI LUCAS DA SILVA**, matrícula nº 2096, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-61, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a:

a) 30%(trinta por cento) da gratificação de exercício correspondente ao valor da função de confiança em Comissão Legal, código PL/FC-3, totalizando 30% (trinta por cento);

Art. 2º MANTER 100%(cem por cento) dos valores estabilizado pelo Ato da Mesa nº 183, de 10/4/2012.

Art. 3º Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia financeira a contar de 29 de abril de 2014.

Deputado **Joares Ponticelli** - Presidente em exercício

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputado Nilson Gonçalves - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 393, de 17 de julho de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0344/2014,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 26 c/c art. 20 incisos II e IV da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, e observada a Resolução nº 002/2004,*

Art. 1º CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO à servidora **CECILIA BIESDORF THIESEN**, matrícula nº 717, ocupante do cargo de Consultor Legislativo II, código PL/ASI-70, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a:

a) 70%(setenta por cento) da gratificação de exercício correspondente ao valor da função de confiança em Comissão Legal, código PL/FC-3, totalizando 70% (setenta por cento);

Art. 2º MANTER 100%(cem por cento) dos valores estabilizado pela Resolução nº 152, de 7/3/1988 e pelo Ato da Mesa nº 335, de 22/5/2013.

Art. 3º Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia financeira a contar de 18 de fevereiro de 2014.

Deputado **Joares Ponticelli** - Presidente em exercício

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputado Nilson Gonçalves - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 394, de 17 de julho de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0355/2014,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 26 c/c art. 20 incisos II e IV da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, e observada a Resolução nº 002/2004,*

Art. 1º CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO à servidora **MARIA MARGARIDA BITTENCOURT RAMOS**, matrícula nº 1126, ocupante do cargo de Consultor Legislativo II, código PL/ASI-69, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a:

a) 30%(trinta por cento) da gratificação de exercício correspondente ao valor da função de confiança em Comissão Legal, código PL/FC-3, totalizando 30% (trinta por cento);

Art. 2º MANTER 100%(cem por cento) dos valores estabilizado pela Resolução nº 1097, de 28/5/1991 e pelo Ato da Mesa nº 337, de 22/5/2013.

Art. 3º Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia financeira a contar de 19 de fevereiro de 2014.

Deputado **Joares Ponticelli** - Presidente em exercício

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputado Nilson Gonçalves - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA, REALIZADA ÀS 9 HORAS DO DIA 1 DE JUNHO DE 2014.

Às nove horas do dia 1 de junho do ano de dois mil e quatorze, sob a Presidência do Deputado Marcos Vieira, reuniram-se a Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos Senhores Deputados: Aldo Schneider, Ana Paula Lima, José Nei Ascari, Mauro de Nadal, Narcizo Parisotto, Neodi Saretta e Silvío Dreveck. O **Deputado Narcizo Parisotto** relatou o Projeto de Lei nº 0176.2/2014, exarou requerimento pela realização de diligência que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0146.7/2014, exarou parecer favorável com Emenda Substitutiva Global que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0172.9/2014, exarou requerimento pela realização de diligência que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Neodi Saretta** relatou o Ofício nº 0264.8/2014, exarou parecer favorável a matéria que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; voto vista ao Projeto Resolução nº 0003.4/2014, exarou parecer favorável ao relator que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; voto vista ao Projeto de Lei nº 0088.3/2014, exarou parecer favorável ao relator com Emenda Substitutiva Global que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, voto vista ao Projeto de Lei nº 0367.7/2013, exarou parecer contrário ao relator que, posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria; voto vista ao Projeto de Lei nº 0531.1/2013, exarou parecer contrário ao relator que, posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria; voto vista coletiva à Proposta de Emenda à Constituição nº 0001.0/2007, onde todos os membros exararam pareceres favoráveis com Emenda Substitutiva Global que, posto em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade. O **Deputado José Nei Ascari** relatou o Projeto de Lei nº 0202.9/2012, exarou parecer pela rejeição e arquivamento que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0071.5/2014, exarou parecer pela rejeição e arquivamento da matéria que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0160.5/2014, exarou parecer favorável a matéria que, posto em discussão, foi cedido vista em gabinete à deputada Ana Paula Lima. O **Deputado Aldo Schneider** relatou o Projeto de Lei nº 0003.4/2014, exarou parecer favorável a matéria que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0052.2/2014, exarou requerimento pela realização de diligência que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0045.3/2011, exarou parecer favorável ao parecer do relator com Emenda Substitutiva Global que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o deputado Silvío Dreveck absteve-se do voto; o Projeto de Lei nº 0147.8/2014, exarou requerimento pela realização de diligência que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0013.6/2011, exarou parecer favorável com Emenda Substitutiva Global que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Silvío Dreveck** relatou o Projeto de Lei nº 0136.5/2011, exarou requerimento pela realização de diligência que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0170.7/20014, exarou requerimento pela realização de diligência que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0171.8/2014, exarou requerimento pela realização de diligência que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0169.3/2014, exarou parecer favorável a matéria que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0082.8/2014, exarou parecer favorável com Emenda Substitutiva Global que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0268.5/2013, exarou requerimento pela realização de diligência que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. A **Deputada Ana Paula Lima** relatou o Projeto de Lei nº 0179.5/2014, exarou parecer favorável a matéria que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; voto vista ao Projeto de Lei Complementar nº 0012.0/2011, exarou parecer contrário ao relator que, posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria; voto vista ao Projeto de Lei nº 0069.0/2013, exarou parecer contrário ao relator que, posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria; voto vista ao Projeto de Lei nº 0002.9/2013, exarou parecer contrário ao relator que, posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria; voto vista ao Projeto de Lei nº 0276.5/2012, exarou parecer contrário ao relator que, posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria; voto vista ao Projeto de Lei nº 0120.8/2014, exarou parecer favorável ao do relator que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; voto vista ao Projeto de Lei nº 0468.0/2013, exarou parecer contrário ao relator que, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria; voto vista ao Projeto de Lei nº

0109.2/2013, exarou parecer contrário ao relator que, posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria; voto vista ao Projeto de Lei nº 0483.0/2013, exarou parecer contrário ao relator que, posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria; voto vista à Mensagem de Veto nº 00777/2013, exarou parecer favorável ao do relator que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e dos demais presentes e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Robério de Souza, Chefe da Secretaria, lavrei a Ata que, após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, 1 de junho de 2014
Deputado Marcos Vieira
Presidente
*** X X X ***

MENSAGENS GOVERNAMENTAIS

ESTADO DE SANTA CATARINA GABINETE DO GOVERNADOR MENSAGEM Nº 1497

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

No uso da competência privativa que me é outorgada pelo § 1º do art. 54 da Constituição do Estado, comunico a Vossas Excelências que decidi vetar totalmente, por ser inconstitucional, o autógrafo do Projeto de Lei nº 200/2013, que "Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Tubarão".

Razões do veto

O projeto de iniciativa do Poder Executivo sofreu emendas parlamentares que desvirtuaram a finalidade da proposição de origem governamental.

Originalmente o art. 2º estabelecia como finalidade "a instalação do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), por parte do Município de Tubarão".

Com as emendas parlamentares o art. 2º passou a ter a seguinte redação:

"Art. 2º A cessão de uso de que trata esta Lei tem por finalidade a instalação do Centro de Assistência Social (CRAS), por parte do Município de Tubarão, e regularizar a ocupação da área remanescente, por parte do Conselho Comunitário do Bairro Passagem do Município de Tubarão.

Parágrafo único. As áreas esportiva e social pertencentes ao imóvel de que trata o art. 1º desta Lei serão disponibilizadas à comunidade para uso do conselho Comunitário do Bairro Passagem do Município de Tubarão, pelo prazo de 10 (dez) anos."

As emendas aprovadas não apresentam pertinência com a finalidade do projeto original, pois ao alterar o *caput* do art. 2º e incluir o parágrafo único a esse dispositivo amplia-se não só as finalidades da cessão de uso de imóvel público a entidade privada desautorizada por procedimento administrativo a utilizá-lo, como também desfoca-se o âmbito de aplicação da norma.

Portanto, o autógrafo do PL nº 200/2013 é inconstitucional por afrontar o art. 2º da Constituição Federal, ferindo a independência dos Poderes, eis que descaracteriza projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo.

Essas, senhores Deputados, são as razões que me levaram a vetar integralmente o autógrafo do projeto em causa, as quais submeto à elevada apreciação dos senhores Membros da Assembleia Legislativa.

Florianópolis, 15 de julho de 2014

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO
Governador do Estado

Lido no Expediente
Sessão de 16/07/14

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI Nº 200/2013

Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Tubarão.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a ceder ao Município de Tubarão, pelo prazo de 10 (dez) anos, o uso gratuito de um imóvel de 18.370,12 m² (dezoito mil, trezentos e setenta metros e doze decímetros quadrados), com benfeitorias, matriculado sob o nº 3.729 no 1º Registro de Imóveis da Comarca de Tubarão e cadastrado sob o nº 01862 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração (SEA).

Art. 2º A cessão de uso de que trata esta Lei tem por finalidade a instalação do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), por parte do Município de Tubarão, e regularizar a ocupação da área remanescente, por parte do Conselho Comunitário do Bairro Passagem do Município de Tubarão.

Parágrafo único. As áreas esportiva e social pertencentes ao imóvel de que trata o art. 1º desta Lei serão disponibilizadas à comunidade para uso do Conselho Comunitário do Bairro Passagem do Município de Tubarão, pelo prazo de 10 (dez) anos.

Art. 3º Findas as razões que justificam a presente cessão de uso, bem como vindo o Estado a necessitar do imóvel para uso próprio, o mesmo reverterá ao seu domínio.

Art. 4º Ocorrendo a reversão antecipada ou ao término do prazo da cessão de uso, o imóvel e suas benfeitorias passarão ao domínio do Estado, sem direito de indenização ao cessionário, em face da gratuidade da cessão.

Art. 5º Serão de responsabilidade do cessionário os custos, as obras e os riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da cessão de uso.

Art. 6º O cessionário, sob pena de imediata reversão e independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, não poderá:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta cessão de uso;

II - oferecer o imóvel como garantia de obrigação; e

III - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 7º Enquanto durar a cessão de uso, o cessionário defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo cedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 8º Será firmado contrato subsidiário a esta Lei disciplinando e detalhando os direitos e as obrigações do cedente e do cessionário.

Art. 9º O Estado será representado no ato da cessão de uso pelo titular da Secretaria de Estado da Administração (SEA) ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Tubarão.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 24 de junho de 2014.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente, e.e.

Deputado Kennedy Nunes - 1º Secretário

Deputado Nilson Gonçalves - 2º Secretário

*** X X X ***

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 1498

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

No uso da competência privativa que me é outorgada pelo § 1º do art. 54 da Constituição do Estado, comunico a esse colendo Poder Legislativo que decidi vetar totalmente o autógrafo do Projeto de Lei nº 396/2013, que "Autoriza a concessão de uso de imóvel no Município de Florianópolis", por ser inconstitucional.

O referido autógrafo autoriza o Poder Executivo a conceder ao Movimento Nacional de Educação no Trânsito (MONATLAN) o uso gratuito de imóvel localizado no Município de Florianópolis. Considerando se tratar de ano eleitoral e que a beneficiária da concessão é entidade de direito privado, a sanção do citado autógrafo vai de encontro ao disposto no § 10 do art. 73 da Lei federal nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

Por consequência, à luz do princípio da legalidade, constante do art. 37 da Constituição da República, e por força da atribuição a mim conferida pelo § 1º do art. 54 da Constituição do Estado, decidi vetar totalmente o autógrafo do Projeto de Lei nº 396/2013, ante a sua inconstitucionalidade.

Ressalto que o presente veto não resultará em prejuízo à entidade beneficiada, diante da possibilidade de reapresentação do projeto de lei após o período vedado pela Lei federal nº 9.504, de 1997.

Essa, senhores Deputados, é a razão que me levou a vetar o projeto em causa, a qual submeto à elevada apreciação dos senhores Membros da Assembleia Legislativa.

Florianópolis, 15 de julho de 2014.

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 16/07/14

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI Nº 396/2013

Autoriza a concessão de uso de imóvel no Município de Florianópolis.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder ao Movimento Nacional de Educação no Trânsito (MONATLAN), pelo prazo de 10 (dez) anos, o uso gratuito da sala nº 911 do Edifício Alpha Centauri, matriculada sob o nº 8.928 no 1º Registro de Imóveis da Comarca da Capital e cadastrada sob o nº 02312 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração (SEA).

Parágrafo único. De acordo com o inciso I do parágrafo único do art. 7º da Lei nº 5.704, de 28 de maio de 1980, fica dispensada a concorrência para concessão de uso de que trata esta Lei por ser a entidade constituída de fins educacionais e declarada de utilidade pública pela Lei nº 11.261, de 7 de dezembro de 1999.

Art. 2º A presente concessão de uso tem por objetivo permitir que a entidade continue desenvolvendo suas atividades no mesmo imóvel.

Art. 3º Findas as razões que justificam a presente concessão de uso, bem como vindo o Estado a necessitar do imóvel para uso próprio, o mesmo reverterá a sua posse.

Art. 4º Ocorrendo a reversão antecipada ou ao término do prazo da concessão de uso, o imóvel e suas benfeitorias passarão ao domínio do Estado, sem direito de indenização ao cessionário, em face da gratuidade da concessão de uso.

Art. 5º Serão de responsabilidade do cessionário os custos, as obras e os riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da concessão de uso.

Art. 6º O cessionário, sob pena de imediata reversão e independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, não poderá:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta concessão de uso;

II - oferecer o imóvel como garantia de obrigação; e

III - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 7º Enquanto durar a concessão de uso, o cessionário defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo concedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 8º Será firmado contrato subsidiário a esta Lei disciplinando e detalhando os direitos e as obrigações do concedente e do cessionário.

Art. 9º O Estado será representado no ato da concessão de uso pelo titular da SEA ou por quem for legalmente constituído.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Fica revogado o inciso XXIX do art. 1º da Lei nº 14.318, de 15 de janeiro de 2008.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 24 de junho de 2014.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente, e.e.

Deputado Kennedy Nunes - 1º Secretário

Deputado Nilson Gonçalves - 2º Secretário

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 445/14

Ofício nº 57/2014 Guabiruba, 10 de julho de 2014.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Guabiruba, referente ao exercício de 2013.

Elfrida Schwambach

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 16/07/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 446/14

Florianópolis, 09 de julho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Rotary Club de Florianópolis Atlântico, de Florianópolis, referente ao exercício de 2013.

José Parola Jr.

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 16/07/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 447/14

São José, 14 de julho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Ação Social São Francisco de Assis, de São José, referente ao exercício de 2013.

Pe Roberto Silva

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 16/07/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 448/14

Campo Erê, 10 de julho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Campo Erê, referente ao exercício de 2013.
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 16/07/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 449/14

Jaborá, 08 de julho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Jaborá, referente ao exercício de 2013.
Marlene Teresinha Ruaro
Secretária

Lido no Expediente
Sessão de 16/07/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 450/14

Tangará, 10 de julho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Tangará, referente ao exercício de 2013.
Adriano Bahr
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 16/07/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 451/14

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Lindóia do Sul, referente ao exercício de 2013.
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 16/07/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 452/14

Ofício nº 64/2014 Mafra, 03 de julho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Mafrense dos Deficientes Visuais (AMADEV), de Mafra, referente ao exercício de 2013.
Marlene Joras Lourenço
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 16/07/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 453/14

Ofício nº 62/14 Grão - Pará, 10 de julho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Grão Pará, referente ao exercício de 2013.
Salésio Gonçalves Hereck
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 16/07/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 454/14

Ofício nº 44/2014 Florianópolis 30 de junho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Instituto Padre Wilson Groh (IVG), de Florianópolis, referente ao exercício de 2013.
Pe. Wilson Gron
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 16/07/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 455/14

Ofício nº 44/2014 Sangão, 17 de julho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Sangão, referente ao exercício de 2013.
Andréia R. Garcia Pacheco
Diretora

Lido no Expediente
Sessão de 16/07/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 456/14

Ofício nº 041/2014 Blumenau, 10 de julho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Renal Vida, de Blumenau, referente ao exercício de 2013.
Roberto Benvenuto
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 16/07/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 457/14

Ofício nº 03/2014/FUNDAGRO Florianópolis, 15 de julho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Rural Sustentável do Estado de Santa Catarina (FUNDAGRO), em Florianópolis, referente ao exercício de 2013.
Conrado Zimmermann
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 16/07/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 458/14

Of. nº 01/2014 Sombrio, 30 de junho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Corpo de Bombeiros Comunitários de Sombrio, referente ao exercício de 2013.
Helio Rocho de Matos
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 16/07/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 459/14

Of. nº 002/2014 Cerro Negro, 11 de julho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais dos Alunos da Casa Familiar Rural de Cerro Negro e Campo Belo do Sul - CASA FAMILIAR RURAL, de Cerro Negro, referente ao exercício de 2013.
Maria Albertina R. Matos
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 16/07/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 460/14

Ofício 016/2014 Florianópolis, 30 de junho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Santa Catarina, em Florianópolis, referente ao exercício de 2013.
Luis Antonio Silva
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 16/07/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 461/14

Of. nº 01/2014 Sombrio, 30 de junho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Sociedade Beneficente São Francisco de Assis, de Sombrio, referente ao exercício de 2013.
Neuza Possamai Bristot Guimarães
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 16/07/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 462/14

Florianópolis, 14 de julho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Centro de Integração Empresa Escola do Estado de Santa Catarina, de Florianópolis, referente ao exercício de 2013.
Anibal Dib Mussi
Superintendente

Lido no Expediente
Sessão de 16/07/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 463/14

Ofício nº 103/2014 Porto União, 07 de julho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Porto União, referente ao exercício de 2013.
Leocir Aloísio Weber
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 16/07/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 464/14

C.E 14/2014 Joinville, 30 de junho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Sociedade Educacional de Santa Catarina, em Joinville, referente ao exercício de 2013.
Sandro Murilo Santos
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 16/07/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 465/14

Ofício nº 060/14 São João Batista, 15 de julho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de São João Batista, referente ao exercício de 2013.

Lenio Peixer
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 16/07/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 466/14

Ofício nº 32/2014 Florianópolis, 14 de julho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Instituto Santé, de Florianópolis, referente ao exercício de 2013.

Tércio Egon Paulo Kasten
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 16/07/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 467/14

Ofício nº 37/14 Palhoça, 15 de julho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Conselho Comunitário Jardim Eldorado, de Palhoça, referente ao exercício de 2013.

Isaura Bet
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 16/07/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 468/14

Porto União, 14 de julho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação dos Moradores do Capão Grande, de Porto União, referente ao exercício de 2013.

Marlene Nicolak Gulicz
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 16/07/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 469/14

Sombrio, 24 de junho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação dos Aposentados e Pensionistas de Sombrio, referente ao exercício de 2013.

Orlandina Isoppo Lisboa
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 16/07/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 470/14

Canoinhas, 17 de julho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da ÁTICA - Associação da Terceira Idade de Canoinhas, referente ao exercício de 2013.

Vilma Maria de Souza Kotelak
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 16/07/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 471/14

Brusque, 04 de julho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação dos Atletas Especiais de Brusque (AAEB), referente ao exercício de 2013.

Rosana Obeidi Cruz Dias
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 16/07/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 472/14

Of. nº 41/14 Morro da Fumaça, 08 de julho de 2014.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Morro da Fumaça, referente ao exercício de 2013.

Nelza Bortolatto Napolini
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 16/07/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 473/14

Campo Belo do Sul, 14 de julho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, de Campo Belo do Sul, referente ao exercício de 2013.
Nasareth Branco Neuwald
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 16/07/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 474/14

Ofício nº 23/2014 Araquari, 07 de julho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Araquari, referente ao exercício de 2013.
Neuza da Maia Machado
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 16/07/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 475/14

Of. nº 24/2014 Itajaí, 07 de julho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Educacional para o Desenvolvimento do Potencial Humano no Estado de Santa Catarina (Humanity), de Itajaí, referente ao exercício de 2013.
Marilena Lana
Diretora Geral

Lido no Expediente
Sessão de 16/07/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 476/14

Ofício HSR nº 033/2014 Jacinto Machado, 11 de julho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Hospital São Roque, de Jacinto Machado, referente ao exercício de 2013.

Ari Possamai Della
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 16/07/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 477/14

Of. nº 20/2014 Sombrio, 30 de junho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Sombrio de Integração Educacional e Social (ASIES), de Sombrio, referente ao exercício de 2013.

Gonçalvina Ramos dos Santos
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 16/07/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 478/14

Ofício nº 05/2014 São João Batista, 07 de julho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Rede Feminina de Combate ao Câncer de São João Batista, referente ao exercício de 2013.

Elide Maria Martini dos Santos
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 16/07/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 479/14

Ofício nº 020/2014 São Martinho, 11 de julho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de São Martinho, referente ao exercício de 2013.

Isolde Schotten Effting
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 16/07/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 480/14

Ofício nº 07/2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Centro Assistencial Espírito Santo, de Tijucas, referente ao exercício de 2013.

Atílio José Campos
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 16/07/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 481/14

Of. nº 56/2014 Sombrio, 30 de junho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Hospitalar Dom Joaquim, de Sombrio, referente ao exercício de 2013.

Luciano Silva de Costa
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 16/07/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 482/14

Ofício nº 044/2014 Abelardo Luz, 04 de julho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Abelardo Luz, referente ao exercício de 2013.

Evandro Rodrigo Biondo
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 16/07/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 483/14

OF/SA 129/2014 Otacílio Costa, 10 de julho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Otacílio Costa, referente ao exercício de 2013.

Irene Ebel Garcia
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 16/07/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 484/14

Ofício 77/2014 Porto União, 14 de julho de 2014.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Associação Família Zalewski (Casa de Apoio Amor Fraternal), de Porto União, referente ao exercício de 2013.

Laurete Dub Pinto Conte
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 16/07/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 485/14

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Blumenau, referente ao exercício de 2013.

Lorena Starke Schmidt
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 16/07/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 486/14

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Sociedade de Promoção Social do Fissurado Lábio-Palatal de Joinville - PROFIS, referente ao exercício de 2013.

Rodrigo Costa Broscio
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 16/07/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 487/14

Salete, 14 de julho de 2014.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Salete (APAE), referente ao exercício de 2013.

Valberto Césio May
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 16/07/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 488/14

Joinville, 14 de julho de 2014.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Fraterna Arca da Aliança, de Joinville, referente ao exercício de 2013.

Caroline Zani Biazin Tchornobay
Assistente Social

Lido no Expediente
Sessão de 16/07/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 489/14

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Catarinense para a Integração do Cego (ACIC), em Florianópolis, referente ao exercício de 2013.

Jairo da Silva
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 16/07/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 490/14

São José, 11 de julho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação das Irmãs Franciscanas de São José, referente ao exercício de 2013.

Ir. Alzira Hoepers
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 16/07/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 491/14

Of. nº 50/2014 Sombrio, 11 de julho de 2014.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Sombrio, referente ao exercício de 2013.

Jose Luiz Lopes
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 16/07/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 492/14

Ofício nº 036/2014/DIR Cunha Porã, 24 de junho de 2014.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Cunha Porã, referente ao exercício de 2013.

Luiz Carlos Hubner
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 16/07/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 493/14

Ofício nº 004/VRPDI/2014 Itajaí, 08 de julho de 2014.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Fundação Universidade do Vale do Itajaí - Fundação UNIVALI, em Itajaí, referente ao exercício de 2013.

Prof. Dr. Carlos Alberto Tomelin
Vice-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

Lido no Expediente
Sessão de 16/07/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 494/14

Ofício nº 290/2014 - DIR Florianópolis, 16 de julho de 2014.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da FAHECE - Fundação de Apoio ao HEMOSC/CEPON, de Florianópolis, referente ao exercício de 2013.

Tertuliano Xavier de Brito
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 17/07/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 495/14

Ofício nº 080/2014 Garopaba, 14 de julho de 2014.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Garopaba, referente ao exercício de 2013.

Rozana Rímolo Orestes
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 17/07/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 496/14

Florianópolis, 25 de junho de 2014.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Instituto de Pós-Graduação e Atualização em Odontologia (IPENO), de Florianópolis, referente ao exercício de 2013.

Rosane Fátima Biava
Diretora Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 17/07/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 497/14

Florianópolis, 14 de julho de 2014.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Comunidade Cristã do Templo de Jurerê Internacional, de Florianópolis, referente ao exercício de 2013.

Antônio Jose Rosa de Albuquerque
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 17/07/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 498/14

Of. nº 60/2014 Florianópolis, 14 de julho de 2014.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Instituto de Audição e Terapia da Linguagem, de Florianópolis, referente ao exercício de 2013.

Dayse Costa Laureano
Coordenadora Técnica

Lido no Expediente
Sessão de 17/07/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 499/14

Acirne 056/14 Rio Negrinho, 10 de julho de 2014.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Empresarial de Rio Negrinho (ACIRNE), referente ao exercício de 2013.

Altair Ruthes
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 17/07/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 500/14

Of. ACISBS 45/2014 São Bento do Sul, 08 de julho de 2014.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Empresarial de São Bento do Sul (ACISBS), referente ao exercício de 2013.

Jonny Zulauf
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 17/07/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 501/14

Ofício 05/2014 Criciúma, 13 de julho de 2014.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Cáritas Diocesana de Criciúma, referente ao exercício de 2013.

Pe. Onécimo Alberton
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 17/07/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 502/14

SERCMA-001/2014 Santo Amaro da Imperatriz, 13 de julho de 2014.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Sociedade Esportiva, Recreativa e Cultural Madrugá, de Santo Amaro da Imperatriz, referente ao exercício de 2013.

Zari Jose Farias Filho
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 17/07/14

*** X X X ***

PORTARIAS**PORTARIA Nº 1397, de 17 de julho de 2014**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **EDIVAR TUROSSI**, matrícula nº 7472, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-43, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 16 de Julho de 2014 (Gab Dep Neodi Saretta).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1398, de 17 de julho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR FABIANA NEIA PORTO para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-53, Atividade Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Dirce Aparecida Heiderscheidt - Palhoça).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1399, de 17 de julho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR MARIA DOS REMÉDIOS DE OLIVEIRA

PAMPLONA para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAL-67, Atividade Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Liderança do PMDB - São José).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1400, de 17 de julho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR MAIQUELI MANTOVANI GREGIANIN,

matrícula nº 7202, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-19, Atividade Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Edison Andrino - São José).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1401, de 17 de julho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento nos artigos 16 e 17, inciso I da Lei Complementar nº 491, de 20 de janeiro de 2010,

CONSTITUIR Comissão de Sindicância,

formada pelos servidores efetivos abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para, no prazo de 30 (trinta) dias, sob a presidência do primeiro, apurar os fatos descritos no Of. nº 018/2014, de 4 de junho de 2014, emitido pelo Chefe da Consultoria Legislativa.

MATR	NOME DO SERVIDOR	CARGO	FUNÇÃO
2096	Johni Lucas da Silva	Analista Legislativo	PRESIDENTE
0775	Adriana Lauth Gualberto	Técnico Legislativo	MEMBROS
1339	João de Aquino Conceição Neto	Técnico Legislativo	

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1402, de 17 de julho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.

PUBLICAR que a servidora abaixo relacionada exerce Atividade Parlamentar Externa, a contar de 18 de julho de 2014.

Gab. Dep. Luciane Maria Carminatti

Matrícula	Nome do Servidor	Cidade
7279	CHAIANE BRUNS	XAXIM

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***